

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA

EVERTON DE SOUZA COELHO

UMA ABORDAGEM MICRORREGIONAL PARA A ATRAÇÃO MIGRATÓRIA EM
ALAGOAS, DE 2000 A 2010

Maceió

2015

EVERTON DE SOUZA COELHO

**UMA ABORDAGEM MICRORREGIONAL PARA A ATRAÇÃO MIGRATÓRIA EM
ALAGOAS, DE 2000 A 2010**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Dilson José de Sena Pereira.

Maceió

2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável Valter dos Santos Andrade

C672a Coelho, Everton de Souza.
Uma abordagem microrregional para a atração migratória em Alagoas, de 2000 a 2010 / Everton de Souza Coelho. – Maceió, 2015.
83 f. ; il., graf., tab.

Orientador: Dilson José de Sena Pereira.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 79-83.

1. Economia. 2. Imigração - Alagoas. 3. Atividade migratória – Alagoas, 2000 - 2010. 4. Microrregião. I. Título.

CDU: 332.1(813.5):314

Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Programa de Pós-Graduação em Economia

“Uma abordagem Microrregional para a atração migratória em Alagoas, de 2000 a 2010”

EVERTON DE SOUZA COELHO

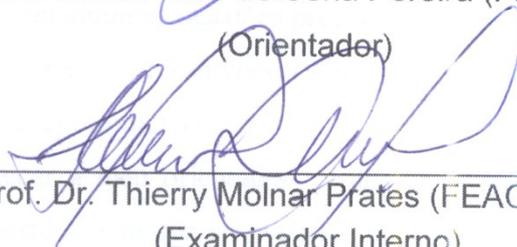
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 24 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:



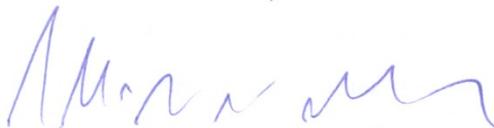
Prof. Dr. Dilson José de Sena Pereira (FEAC-UFAL)

(Orientador)



Prof. Dr. Thierry Molnar Prates (FEAC-UFAL)

(Examinador Interno)



Prof. Dr. Alexandre Nunes de Almeida (ESALQ)

(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Com efeito, grandes coisas fez o Senhor por nós; por isso, estamos alegres. Restaura, Senhor, a nossa sorte, como as torrentes no Neguebe. Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão. Quem sai andando e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo trazendo os seus feixes. (Salmos 126. 3-6).

Agradeço primeiramente a meu Deus, ao qual me concedeu força e condições para que eu pudesse prosseguir e alcançar meus objetivos.

Gostaria de enfatizar a importância dos meus pais, Edmundo Gilson Coelho e Luiza Maria de Souza Coelho, que me deram suporte, apoio financeiro, mental, incentivando-me a procurar o caminho do conhecimento, em vários momentos. Desejo manifestar minha gratidão a toda a minha família pelo suporte oferecido em todas as vezes que eu precisava. A meu tio Marcos que disponibilizou seu apartamento para que muitas vezes eu pudesse me alojar, à minha tia Maria que cedeu sua residência em vários momentos. Pois como moro em São Miguel dos Campos, em algumas ocasiões precisava de um lugar em Maceió para me abrigar.

Sou grato a minha noiva Tamyres Rafaela que teve compreensão em períodos difíceis e me concedeu notável apoio motivador.

Quero agradecer a meu orientador, professor Dr. Dilson José de Sena Pereira, que forneceu ótimas sugestões para que eu pudesse incorporar na pesquisa, por seu compromisso e dedicação no exercício da atividade de orientação.

Não poderia deixar de mencionar os professores Cícero Pérciles, Fábio Guedes, Cid Olival, Francisco Rosário, Ana Milani, Reynaldo Rubem, Keuler Hissa, Adhemar Ranciaro, André Lages, Anderson Dantas, Thierry Prates, entre outros, que fizeram parte da minha formação acadêmica, proporcionando ricos debates e compartilhando seus conhecimentos.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Rodrigo, Felipe, Valber, Alison, Sarah e Larissa, pela amizade, por a incessante busca do compartilhar de conhecimentos, e pelas discussões calorosas em sala de aula.

Quero lembrar do corpo técnico da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC, dos funcionários da coordenação do mestrado, da Levylma, do Becker, da Mônica, da Maria da limpeza, que sempre atendem os alunos do mestrado com presteza. A todos que fizeram parte desta etapa da minha vida, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo trata, inicialmente, dos aspectos vinculados ao comportamento dos deslocamentos populacionais concernentes à imigração e a emigração, para o período de 2000 a 2010, no estado de Alagoas. Posteriormente, delimita-se a pesquisa na divisão microrregional de Alagoas partindo para a análise das principais questões pertinentes a imigração, focando nas características da concentração e/ou desconcentração da origem dos imigrantes no estado. Para poder identificar o perfil das microrregiões, procurando constatar se existem localidades com certo caráter orbícola, utiliza-se a abordagem do Índice de Herfindahl-Hirschman para a imigração. Com esta ferramenta, constatou-se que as microrregiões de Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos passaram a se enquadrar na categoria de classificação de índice com concentração moderada em 2010, ao passo que as demais localidades, de 2000 a 2010, inseriram-se na categoria de concentração elevada, o que induz a conclusão de que foram aquelas microrregiões que receberam imigrantes com origens mais diversificadas em Alagoas. Por fim, na tentativa de encontrar explicações para os fluxos migratórios no estado, desenvolveram-se alguns modelos econométricos, que sustentaram a hipótese neoclássica de que fatores ligados ao mercado de trabalho (nível de emprego na economia) são cruciais para explicar a ocorrência desses fluxos.

Palavras Chave: Imigração. Alagoas. Microrregião. Atratividade Migratória. Economia.

Classificação JEL: J10; J11; J60.

ABSTRACT

This study addresses, initially, the aspects linked to the behavior of population movements concerning immigration and emigration for the period 2000 to 2010, for the state of Alagoas. Subsequently, the research is delimited in micro-regional division of Alagoas starting for analysis of the main issues pertaining to immigration, focusing on the characteristics of concentration and/or deconcentration of origin of immigrants in the state. In order to identify the profile of the microregion, seeking to ascertain whether there are certain locations with cosmopolitan character, the research uses the Herfindahl-Hirschman approach Index for immigration. With this tool, it was found that the microregions of Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco and Sao Miguel dos Campos became part of the index rating category with moderate concentration in 2010, while the other locations, from 2000 to 2010 were included in the category of high concentration, which leads to the conclusion that those were microregions receiving immigrants with more diversified origins in Alagoas. Finally, in an attempt to find explanations for immigration flows in the state, some econometric models have been developed, which supported the neoclassical hypothesis that factors related to the labor market (employment level in the economy) are crucial to explain the occurrence of these flows.

Keywords: Immigration. Alagoas. Microregion. Migratory attractiveness. Economy.

JEL classification: J10; J11; J60.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Emigração de Alagoas para os Demais Estados da Federação – 2000.....	30
Figura 2 – Emigração de Alagoas para os Demais Estados da Federação – 2010.....	31
Figura 3 – Imigração em Alagoas Oriundas dos Estados da Federação – 2000.....	33
Figura 4 – Imigração em Alagoas Oriundas dos Estados da Federação – 2010.....	35
Figura 5 – Saldos Migratórios de Alagoas com os Estados da Federação, 2000.....	37
Figura 6 – Saldos Migratórios de Alagoas com os Estados da Federação, 2010.....	38
Figura 7 – Volume de Deslocamentos Pendulares para Trabalho, por Microrregiões de Alagoas, 2010.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Emigração de Alagoas para as Grandes Regiões – Brasil, 2000 e 2010.....	27
Quadro 2 – Imigração para Alagoas das Grandes Regiões - Brasil, 2000 e 2010.....	29
Quadro 3 – Redução de Saldos Migratórios Negativos de Alagoas, por Estados, 2000 e 2010.....	38
Quadro 4 – Aumento de Saldos Migratórios Negativos de Alagoas, por Estados, 2000 e 2010.....	39
Quadro 5 – Saldos Migratórios de Alagoas, por Grupos de Estados, de 2000 e 2010.....	41
Quadro 6 – Índice de Eficácia Migratória para Alagoas, 2000 e 2010.....	42
Quadro 7 - <i>Ranking</i> das Microrregiões a Partir das Taxas de Imigração, 2000 e 2010.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição Percentual dos Imigrantes das Microrregiões de Alagoas, por Grande Região, 2000 e 2010.....	55
Tabela 2 – Índice de Herfindahl-Hirschman (em Termos Percentuais) para as Treze Microrregiões de Alagoas e <i>Status</i> de Concentração, de 2000 e 2010.....	57
Tabela 3 – Participação Percentual dos Imigrantes Segundo Microrregião, no Total de Imigrantes em Alagoas, para 2000 e 2010.....	60
Tabela 4 – Volume Total de Imigrantes Segundo as Microrregiões de Alagoas, 2000 e 2010.....	61
Tabela 5 – Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas, Volume Total, Categorias, e Taxa Percentual com Relação ao Total da População. 2000.....	63
Tabela 6 – Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas, com o Total de Pessoas que se Deslocam para o Trabalho e Estudo, e Taxa Percentual em Relação à População, 2010.....	65
Tabela 7 – Estatísticas Descritivas para as Variáveis do Modelo, 2010.....	69
Tabela 8 – Ajustamento Geral do Modelo.....	71
Tabela 9 – Resultados do Modelo e Efeitos Marginais.....	72
Tabela 10 – Qualidade do Ajustamento do Modelo.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação Relativa dos Setores Econômicos na Composição do PIB de Alagoas. 2000 e 2009.....	40
Gráfico 2 – Participação Percentual do Imigrante de Alagoas, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010.....	43
Gráfico 3 – Participação por Sexo na Imigração, 2000.....	44
Gráfico 4 – Participação por Sexo na Imigração, 2010.....	44
Gráfico 5 – Participação Percentual do Imigrante do Sexo Masculino para Alagoas, a partir de 5 anos ou mais de idade, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010.....	45
Gráfico 6 – Participação Percentual do Imigrante do Sexo Feminino para Alagoas, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010.....	46
Gráfico 7 – Percentual de Imigrantes Segundo as Microrregiões em Relação ao Total da População. 2000 e 2010.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	15
2.1	Métodos de pesquisa.....	15
2.2	Coleta de dados.....	15
2.3	Índice de Herfindahl-Hirschman.....	16
2.4	O Modelo Econométrico.....	16
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	21
3.1	Abordagens teóricas da migração internacional.....	21
3.2	Movimentos migratórios acerca do estado de alagoas.....	26
3.2.1	Emigração de alagoas para as grandes regiões.....	26
3.2.2	Imigração para alagoas oriundas das grandes regiões.....	28
3.2.3	Emigração de alagoas para os estados da federação.....	29
3.2.4	Imigração em alagoas advinda dos estados da federação.....	33
3.2.5	Saldos migratórios e índice de eficácia migratória.....	36
3.3	Perfil do imigrante em alagoas por grupos de idade e sexo.....	42
4	IMIGRAÇÃO PARA AS MICRORREGIÕES DE ALAGOAS.....	47
4.1	Taxa de imigração e aspectos econômicos das microrregiões.....	47
4.2	Distribuição dos imigrantes das microrregiões de alagoas, por grande região.....	54
4.3	Índice de Herfindahl-Hirschman para imigração das treze microrregiões do estado.....	56
4.4	Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas.....	62
5	ENTENDENDO A IMIGRAÇÃO NO ESTADO – APLICAÇÃO DE MODELO.....	68
5.1	Análise preliminar dos dados.....	68
5.2	Resultados e discussões.....	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

O termo migração se refere ao processo de mobilização espacial de pessoas para outros países, estados ou regiões (OIM, 2006). A migração pode ser explicada principalmente por fatores econômicos, políticos e culturais. Na maioria das vezes, o indivíduo é estimulado a migrar em busca de emprego ou de um salário mais elevado, em regiões prósperas ou em ascensão, onde existe a perspectiva de obtenção de melhor condição de vida. Estes fatores econômicos possuem um peso determinante para influenciar no processo de migração. Nesse sentido, aquele que sai de seu país de origem e passa a habitar em outra nação é denominado de imigrante na nação estrangeira. Por outro lado, para seu país de origem este é considerado um emigrante (JACINTO e LUZ, 2009).

Assim como os indivíduos que mudam de residência passando a habitar em outro país são tidos como migrantes, aqueles que se deslocam entre as áreas de um mesmo país também são considerados migrantes, pois correspondem a parcela da população que incidiram em um processo de mobilização espacial em seu *habitat*, em certo momento. Para as migrações internas de uma determinada nação, os indivíduos também podem ser classificados como imigrantes ou emigrantes; isto depende do ponto de vista de qual localidade está sendo levada em consideração (de origem ou de destino).

As diferenças de desenvolvimento econômico presentes em diversas partes do mundo (FERREIRA e DINIZ, 1995), são fundamentais para explicar o sentido da direção dos fluxos migratórios, posto que estes se dão principalmente no sentido da localidade que possui maior concentração de capital. O crescimento da renda não se deu e nem se faz de forma homogênea, o que caracteriza uma distribuição desigual da mesma em qualquer nível de agregação espacial (países, estados, municípios, etc.) (SILVA, 2013). À medida que um país ou região possuir abundância de capital em contrapartida de outras nações ou regiões com escassez, seu PIB *per capita* tende a ser maior em comparação com estas localidades, “por isso, a taxa de salário doméstico é relativamente mais alta do que a oferecida em outro lugar se a economia doméstica tem uma quantidade de recursos naturais *per capita* relativamente maior R/L^1 , e um alto nível relativo de tecnologia [...]” (BARRO e SALA-I-MARTIN, 2004, p. 400). Este cenário configura a região que possuir tal característica como atrativa à imigração.

¹ A fração R/L representa a relação de capital e trabalho de determinada economia.

De acordo com Cima e Amorim (2007, *apud*, BENEVITES, 2013, p. 36) um local se caracteriza como centro de atração quando o efeito do crescimento de um polo de desenvolvimento² gera redução da população na região de seu entorno, pois este acaba atraindo indivíduos das regiões circunvizinhas. Outro ponto, é que um polo de desenvolvimento econômico pode desencadear efeitos de difusão, o que neste caso, transpassa a fronteira do polo, conduzindo a um desenvolvimento de regiões adjacentes, aumentando a população dessas localidades.

Desde o início do século XX foi ganhando impulso o processo de urbanização no Brasil, com o êxodo da população rural para as grandes cidades; o qual, posteriormente, passou a destacar as cidades de porte médio, a partir da década de 80, como importantes regiões receptoras de fluxos migratórios. Este período foi marcado por um grau de urbanização crescente, todavia, com uma velocidade reduzida; ocorreu uma relativa desconcentração da população residente nas metrópoles em contrapartida do aumento da população das cidades entre 100 e 500 mil habitantes (AMARAL; BRITO e HORTA, 2008).

Em Menezes (2000), destaca-se que novos polos de atração imigratória estão surgindo no Brasil devido a uma redefinição econômica e a ampliação da prestação de serviços em cidades do interior dos estados brasileiros. Diante disso, a migração pendular vem adquirindo maior importância, pois devido aos maiores custos encontrados nas grandes metrópoles, uma alternativa passa pelo movimento pendular, onde os indivíduos buscam as cidades de porte médio e outros municípios do interior para habitarem, trabalhando nos grandes centros consolidados.

Parte das pesquisas sobre migração feitas para a região Nordeste e seus estados se prendem em inquirir sobre os saldos migratórios negativos (DINIZ, 2013) registrados para a localidade, procurando justificá-los baseado na comparação entre as diferentes características econômicas e sociais das grandes regiões. Em Oliveira et al. (2012, p. 14), realça-se a manutenção do padrão migratório dominante: “Assim, observa-se que as mudanças ocorridas nos deslocamentos da população brasileira nos últimos 30 anos foram incapazes de alterar significativamente o padrão migratório dominante do país”. Todavia, este tipo de tratamento pode conduzir ao menosprezo da identificação de localidades promissoras no que tange a atratividade à imigração e a potencialidade de crescimento econômico da região, pois tendem a se focar em destacar o atraso da região Nordeste e seus estados.

² A definição de polo de desenvolvimento econômico segue a linha desenvolvida por Perroux (1967), que conceitua como uma agregação de indústrias propulsoras, geradoras de efeitos de difusão (com influência direta no aumento do emprego) em uma região maior.

Em Alagoas, existem importantes diferenças entre as microrregiões do estado, desde produção, tecnologia, competitividade, níveis de consumo, pobreza, educação, concentração de renda e fundiária, entre outras. Enfim, cada microrregião possui suas particularidades (CARVALHO, 2007). No que tange aos predicados econômicos microrregionais, algumas localidades se destacam por exercerem influências comerciais, financeiras, relacionadas à indústria, à agropecuária, etc., a saber, podem-se citar: Maceió, e São Miguel dos Campos (microrregiões da mesorregião Leste); Arapiraca (localizada no Agreste); Alagoana do Sertão do São Francisco e Santana do Ipanema (no Sertão) (INSTITUTO ARNON DE MELO, 2012). Por serem microrregiões de destaque em seus contextos locais, tem-se como hipótese, que estas possuam fluxos migratórios com origens mais diversificadas do que as demais microrregiões.

Para Alagoas, assume-se que a imigração ocorre a partir da migração de retorno (JANNUZZI; OLIVEIRA, 2005) e da migração provocada por fatores de atratividade e de repulsão, presentes nas microrregiões alagoanas.

É com base nessa temática que o trabalho visa a responder a seguinte pergunta: quais são as microrregiões no estado de Alagoas que possuem a peculiaridade de atrair imigrantes sob a perspectiva da diversidade de origem? Em outras palavras, quais são os polos, delineados aqui como as microrregiões, que conseguem se destacar no que tange as características de deter um caráter orbícola?

Outra questão que o presente trabalho tenta responder consiste em buscar elucidções para os fluxos migratórios no estado de Alagoas.

Almeja-se encontrar explicações para a imigração no estado, a partir de modelo econométrico, tendo como hipótese a relevância do mercado de trabalho, buscando respaldo em um indicador do volume de emprego da localidade, representado pela proporção da população economicamente ativa, como fonte de explicação para o assunto tratado.

O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar o comportamento da imigração no estado de Alagoas, no período de 2000 a 2010.

Especificamente, os objetivos são: traçar as principais características da migração no estado; estudar a imigração numa perspectiva microrregional; analisar a partir do índice de Herfindahl-Hirschman, se as microrregiões possuem um caráter orbícola buscando identificar polos de atração migratória; e procurar respostas para a existência dos fluxos migratórios no estado, na tentativa de comprovar a hipótese da importância do mercado de trabalho

defendido pela teoria neoclássica para explicar a vigência desses fluxos, por meio do emprego da econometria.

A relevância desse trabalho se reflete em estudar, a partir da óptica do fluxo de entrada, isto é, a imigração, as microrregiões de Alagoas e suas potencialidades como zonas atrativas de imigrantes, o que é derivado de indícios de geração de emprego e concentração de capital³ no local (BARRO e SALA-I-MARTIN, 2004), conforme a classe do modelo de atração-repulsão explica (CASTRO, 2011).

A divisão do trabalho perfaz três capítulos além da introdução, da metodologia, e da conclusão. O primeiro traz uma revisão de literatura acerca das teorias da migração internacional, adentra nas características do estado de Alagoas concernentes à emigração e a imigração abordando as relações migratórias com os demais estados da união, traçando também alguns aspectos vinculados ao perfil dos imigrantes referentes à idade e ao sexo. Ainda neste capítulo, faz-se uma análise da capacidade de retenção e de atração de população em Alagoas, a partir do índice de eficácia migratória⁴. O segundo capítulo, aborda a imigração no estado sob uma óptica microrregional, discorre sobre os principais aspectos econômicos das microrregiões como fonte de explicação para os movimentos migratórios em certas localidades. Ainda nesse capítulo, desenvolve-se a aplicação do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) para a imigração, procurando vislumbrar os polos (ou microrregiões) que possuem a característica de receber imigrantes com origens diversificadas. No último capítulo, utiliza-se o modelo econométrico Probit buscando obter elucidaciones para a imigração nos municípios alagoanos, isto é, encontra-se a explicação para a ocorrência da imigração no estado. Por fim, é feita uma conclusão, trazendo os principais resultados alcançados.

³ Não se objetiva nesse trabalho adentrar em aspectos ligados a emprego, capital e crescimento econômico.

⁴ O Índice de Eficácia Migratória varia de 1 a -1, quanto mais próximo de 1, a área se caracteriza como de forte absorção migratória, quanto mais próximo de -1, enquadra-se como área de forte evasão migratória. De -1 a -0,51, a área é classificada como de forte evasão. De -0,50 a -0,30, de média evasão. De -0,29 a -0,10, área de baixa evasão migratória. De -0,09 a 0,09, área de rotatividade migratória. Na escala de 0,10 a 0,29, área de baixa absorção. De 0,30 a 0,50, de média absorção. E por fim, de 0,51 a 1, área de forte absorção.

2 METODOLOGIA

2.1 Métodos da Pesquisa

A pesquisa realizada procura traçar as características da migração no estado de Alagoas, e mais especificamente analisar a imigração a nível microrregional, possuindo um caráter descritivo. Inicialmente, trata-se de uma abordagem qualitativa, e posteriormente passa a ser quantitativa a partir do desenvolvimento e execução do modelo econométrico ou matemático.

Utiliza-se a análise comparativa para Alagoas e os demais estados da federação, entre as microrregiões ou polos de atração imigratória em Alagoas, para se extrair conclusões.

Existem dois critérios para definir a metodologia para se obter a base de dados para a imigração. O primeiro procura estipular, para as pessoas a partir de cinco anos de idade, o local de residência anterior numa data pré-estabelecida, cinco anos antes do Censo. A este método, dá-se o nome de **data fixa**. O segundo identifica o local de residência anterior para as pessoas que vivem a menos de 10 anos ininterruptos no município recenseado. É o chamado método da **migração de última etapa** (RIGOTTI, 1999). Há ainda o critério que apenas analisa o local de nascimento como fonte de justificativa para migração. Caso o indivíduo que reside no município não seja natural do mesmo, este pode ser considerado imigrante. Todavia, nesta pesquisa, utiliza-se o método de **data fixa**, seja para o ano 2000, como para 2010.

Para o ano de 2000, toma-se a data fixa de 31/07/1995 para se definir a condição do indivíduo recenseado, se migrante ou não migrante. Em 2010, a data fixa corresponde a 31/07/2005.

2.2 Coleta dos dados

A base de dados utilizada para a pesquisa foi coletada junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEPLANDE-AL (Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas) e SIACS (Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde). Os dados referentes à migração foram extraídos a partir do Censo Demográfico 2000 e 2010. Os dados do modelo econométrico correspondem ao ano de 2010.

2.3 Índice de Herfindahl-Hirschman

Para o cálculo do IHH para a imigração no estado de Alagoas, utiliza-se a expressão:

$$IHH = \sum_{i=1}^n P_i^2 \quad (1)$$

Onde $n = 29$, que correspondem aos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, somado a categoria Brasil sem Especificação e a categoria Exterior, totalizam-se 29 origens distintas para os imigrantes em Alagoas. Neste caso, a variável P_i representa a participação relativa de cada estado no total da imigração para as microrregiões de Alagoas. Por fim, multiplicou-se por 100 os valores do IHH encontrados para cada microrregião ou polo, para transformar as proporções em porcentagens. Cabe salientar que os cálculos de IHH elaborados para as microrregiões são para os anos de 2000 e 2010.

O IHH varia numa escala que vai de 0% a 100%. Para o caso da imigração, quanto este índice for igual a 100%, significa que todos imigrantes da microrregião em análise partiram apenas de um lugar de origem. Ao passo que quando o IHH for igual a 0%, é resultado indicativo de que os imigrantes saíram igualmente de todos os lugares de origem tratados no cálculo do índice.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2012), a classificação utilizada do IHH segue como: desconcentrado, que corresponde a uma faixa de 0% a menos de 10%; concentração moderada, de 10% a 18%; e de concentração elevada, que corresponde a valores do IHH acima de 18%.

2.4 O Modelo Econométrico

O modelo esboçado no capítulo três desse trabalho será baseado no **Probit**. Este faz parte de um grupo de modelos classificados como de variável dependente limitada (WOOLDRIDGE, 2007) isto é, é uma abordagem que estipula limites ou margens para os valores do regressando.

Ele segue uma Função de Distribuição Acumulada (FDA) normal. Isto é útil porque permite, em modelos **Probit** com dados agrupados, que se utilize da distribuição normal de probabilidade para encontrar os valores para o *desvio equivalente normal* (d.e.n.), ou **normit**,

que para o caso, refere-se aos valores dos i -ésimos, I_i . Todavia, a Função Densidade de Probabilidade para o modelo especificado é:

$$F(I) = \frac{1}{\sqrt{2\pi\sigma}} e^{-\frac{(i-\mu)^2}{2\sigma^2}} \quad (2)$$

Com sua FDA sendo dada pela equação abaixo:

$$F(I) = \int_{-\infty}^{I^*} \frac{1}{\sqrt{2\pi\sigma}} e^{-\frac{(i-\mu)^2}{2\sigma^2}} \quad (3)$$

Com I sendo uma variável normal padronizada, isto é, $I \sim N(0,1)$, a expressão acima fica:

$$F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I^*} e^{-\frac{i^2}{2}} di \quad (4)$$

Onde $I^* = \beta_1 + \beta_2 X_i$,

$$P_i = \Pr(I^*_i \leq I_i) = F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-\frac{i^2}{2}} di \quad (5)$$

Para rodar o modelo, necessita-se estimar⁵ os valores de I_i . Estes podem ser obtidos a partir de dados agrupados que possuam um valor de proporção dentro de um grupo que satisfaz uma característica comum. A partir da função inversa de P_i , isto é: “ $F^{-1}(I_i) = F^{-1}(P_i) = I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$ ”, dados os valores das proporções para os grupos, é que se encontram os valores de $I_i = F^{-1}(P_i)$, que são estimados via uma tabela normal padrão.

Os seguintes passos são seguidos na estimação do modelo Probit (GUJARATI, 2000):

1. Com os dados agrupados, estima-se a proporção de cada grupo.
2. Obtém-se *d.e.n.* ($= \hat{I}_i$) da Função de Distribuição Acumulada normal padrão.
3. Utiliza-se \hat{I}_i , como variável dependente na regressão⁶:

$$\hat{I}_i = \beta_1 + \beta_2 \hat{R}_i + \hat{u}_i \quad (6)$$

⁵ A equação (4) representa a probabilidade de um determinado valor I^*_i ser menor ou igual a um valor denotado I_i .

⁶ Regressão esboçada de forma simplificada, tendo como referência apenas uma variável independente.

Onde $\hat{R}_i = X_i$ estimado.

4. Pode ser adicionado o valor de 5 aos \hat{I}_i , descrito na expressão acima. Este procedimento converte *d.e.n.s* em probits, que são utilizados como variável dependente na regressão (6). Todavia, tanto usando *d.e.n* quanto o probit, a estimativa do β_2 e R^2 será idêntica nas duas abordagens, somente diferindo o valor do β_1 .
5. Entretanto, os distúrbios serão heteroscedásticos na regressão (6), o que induz a transformação dos dados de modo a tornar o termo de perturbação homoscedástico. Este tratamento nos dados faz com que o método de regressão adotado seja não mais o MQO (Mínimos Quadrados Ordinários), mas sim, o MQP (Mínimos Quadrados Ponderados).
6. Conclusões sobre os testes de hipóteses usuais podem ser tiradas, desde que sejam feitas a partir de amostras grandes. Por último, o R^2 obtido para o modelo é de valor questionável.

O modelo Probit também pode ser estimado pelo método de *Máxima Verossimilhança* (para casos gerais), ou pelos *Mínimos Quadrados Ponderados* – MQP (para o caso onde os dados são agrupados).

Como se optou por não agrupar os dados, o modelo será estimado pelo método de *Máxima Verossimilhança*.

De acordo com Wooldridge (2007), nos estudos envolvendo modelos Probit, sempre que a heterogeneidade omitida for independente das variáveis explicativas, as estimativas dos parâmetros serão inconsistentes. Desse modo, o interesse do presente estudo vai se direcionar em estimar os efeitos marginais, desprendendo-se da preocupação em estimar a magnitude consistente dos parâmetros.

No presente trabalho, o modelo estimado define a variável dependente como uma *dummy* criada a partir das taxas⁷ de imigração para os 102 municípios do estado de Alagoas, tendo como ponto de corte a média dessas taxas, de modo que, quando um município “i” auferir taxa de imigração abaixo da média, para este é estipulado o valor de 0, ao passo que quando o município “i” recebe taxa de imigração superior a média, para ele é conferido valor igual a 1. A variável dependente utilizada no modelo representa a atratividade do município a imigração. Vale lembrar que as variáveis utilizadas são referentes ao ano de 2010.

⁷ As taxas de imigração correspondem ao volume de imigrantes de um determinado município dividido por sua respectiva população.

As variáveis independentes⁸ ou explicativas estão vinculadas ao mercado de trabalho, a educação, saúde, renda e localização geográfica do município.

Para o modelo, a equação (6) será uma regressão múltipla com a forma:

$$\hat{\text{Imig}}x_i = \beta_1 + \beta_2 \ln\text{PPEAaoquad}_i + \beta_3 \ln\text{Escaoquad}_i + \beta_4 \ln\text{PIBpindaoquad}_i + \beta_5 \ln\text{PIBpservaoquad}_i + \beta_6 \text{Consade}_i + \beta_7 \text{Agreste}_i + \hat{u}_i \quad (7)$$

Onde:

$\ln\text{PPEAaoquad}_i$ = Logaritmo Natural da Proporção da População Economicamente Ativa (PEA) por Município;

$\ln\text{Escaoquad}_i$ = Logaritmo Natural da Proporção de Pessoas com Nível Médio Completo e Superior Incompleto⁹, maiores de 10 anos;

$\ln\text{PIBpindaoquad}_i$ = Logaritmo Natural do PIB *per capita* Municipal Relativo ao Setor Industrial;

$\ln\text{PIBpservaoquad}_i$ = Logaritmo Natural do PIB *per capita* Municipal Relativo ao Setor de Serviços;

Consade_i = Presença de Conselho Municipal de Saúde com Exercício de Alguma Comissão e Cadastro no SIACS;

Agreste_i = Município Pertence à Mesorregião Agreste;

$\hat{\text{Imig}}x_i$ = Atratividade do Município à Imigração.

Espera-se que os coeficientes encontrados para o $\ln\text{PIBpindaoquad}_i$ e $\ln\text{PIBpservaoquad}_i$, no modelo, possuam sinais positivos, pois a teoria econômica aponta para uma relação positiva entre migração e estas variáveis, posto que a hipótese neoclássica argumenta que nas regiões onde há concentração das relações de capital-trabalho, que são as que detêm maior produtividade e renda *per capita*, ocorre que a mobilidade da força de trabalho tende a se direcionar para elas (CANÇADO, 1999). Que o coeficiente para

⁸ As variáveis $\ln\text{PPEAaoquad}_i$, $\ln\text{Escaoquad}_i$, $\ln\text{PIBpindaoquad}_i$ e $\ln\text{PIBpservaoquad}_i$, antes da execução do processo de logaritmização foram elevadas ao quadrado.

⁹ Optou-se por utilizar essa variável no modelo, devido ao fato de Alagoas apresentar a menor taxa de escolaridade média para a população adulta entre os estados brasileiros (URANI, 2005). Segundo dados do IPEA, Alagoas apresentou em 2009, para a população maior de 25 anos, uma média de 5 anos de estudos, sendo a menor entre os estados da federação. Por isso, como o grau de instrução da população é relativamente baixo, escolheu-se a variável proporção de pessoas com nível médio e superior incompleto maiores de 10 anos, para representar a variável vinculada à educação.

$\ln Escao_{quad}$ seja positivo, pois à medida que a escolaridade aumenta a tendência é que as pessoas migrem para uma região ou localidade que possua atributos atrativos. Que o $\ln PPEA_{aoquad}$ tenha um β com sinal positivo, posto que se um município possui uma proporção da PEA maior do que outro, a tendência é que ele seja visto como uma cidade com abundância de capital, fato que promove a localidade a ser atrativa a imigração. Que o coeficiente da variável *dummy* presença de conselho municipal de saúde com presença de alguma comissão e cadastro no SIACS (Consade), seja positivo, pois a presença do tal, reflete um arranjo institucional elaborado no campo da saúde, isto é, conjectura para o resultado indicativo de que o conselho é atuante no município. Que a *dummy* município pertence à mesorregião Agreste possua coeficiente negativo. O sinal negativo para esta mesorregião decorre da menor atratividade dela em relação à mesorregião Leste, que possui maior concentração de capital, e que teoricamente deve captar mais imigrantes.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Abordagens Teóricas da Migração Internacional

O autor, considerado quase que invariavelmente, precursor dos estudos migratórios foi Ravenstein¹⁰. Este, a partir de duas publicações realizadas no final do século XIX, (RAVENSTEIN, 1885 e 1889), inseriu temas que tratam sobre classificação dos migrantes (quanto ao período de duração e distância), região de atração-repulsão, estímulos econômicos, etapas migratórias, correntes e contracorrentes, no debate sobre migração.

Os estudos desse autor envolveram uma interpretação teórica com base na realidade empírica, a partir do Recenseamento britânico de 1881, abarcando posteriormente, dados dos E.U.A e de alguns países europeus, acerca de deslocamentos populacionais internos e internacionais. Ravenstein desenvolveu uma série de “Leis Empíricas da Migração”. Para isso, levou-se em consideração variáveis como tecnologia, distância, condição econômica, sexo, entre outras.

As leis da migração elaboradas no primeiro estudo de Ravenstein são: (1) as migrações predominam em curta distância, sendo que as correntes de migração são dirigidas para centros que apresentam maiores volumes nos fluxos de comércio e produção da indústria; (2) o poder de atração exercido por uma cidade vai distribuir o incremento populacional advindo da migração para localidades circundantes, e depois se estende para lugares mais distantes; (3) o processo de dispersão é o inverso de atração; (4) uma corrente de migração produz uma contracorrente que atua de forma atenuante; (5) os migrantes de longa distância optam por grandes centros industriais e comerciais; (6) os nativos urbanos possuem uma tendência migratória menor do que os nascidos em área rural; e (7), as mulheres são mais propensas a migrar do que os homens (RAVENSTEIN, 1885).

Algumas asserções de Ravenstein fundamentadas em suas leis seriam no sentido de identificar que as mulheres tenderiam a realizar movimentos migratórios de curta distância, ao passo que os homens tenderiam a executarem movimentos de longa distância (PEIXOTO, 2004). Ao decorrer do movimento migratório para áreas mais distantes, as pessoas de áreas rurais passariam, antes de chegar aos grandes centros urbanos, por cidades de pequeno e médio porte, o que traria o conceito de migração por etapas, realizada com o objetivo de

¹⁰ Geógrafo e cartógrafo inglês da viragem do século XIX para o XX.

reduzir os custos associados ao processo; o desenvolvimento de novas tecnologias e facilidades de transporte trabalharia favorecendo um salto de etapas migratórias.

Outra constatação de Ravenstein foi que apesar dele considerar a distância, melhorias de transporte, entre outros fatores que colaboram para a explicação da migração, o mesmo reconhece o motivo econômico como a principal razão para explicação dos fluxos migratórios.

Todavia, as leis da migração criadas por Ravenstein não possuem um caráter universal aplicável a outras regiões e realidades por completo. O próprio autor destaca a consciência de que suas leis não tinham a rigidez das leis físicas, devido ao fato de as mesmas estarem sob a influência da intervenção humana (RAVENSTEIN, 1889).

Trazendo à baila avanços vinculados a teoria da migração internacional, Santos et al. (2010) divide as teorias segundo aspectos micro e macro.

Conforme as teorias que se enquadram em aspectos microeconômicos, cabe tratar da **Teoria Microeconômica Neoclássica**, representada por Todaro (1969), Massey (1990) e Sjaastad (1962), onde postulam que os indivíduos são seres racionais, com capacidade para organizar hierarquicamente suas preferências e atuam de forma a maximizar a utilidade de suas escolhas. Os agentes possuem informação perfeita sobre os diferenciais de renda de sua região e outros lugares. A partir daí, os indivíduos procedem realizando cálculos de custo/benefício, onde são levados em consideração custos associados com o deslocamento e manutenção no lugar de destino até que o indivíduo possa conseguir um emprego, assim como os retornos esperados tanto na região de origem como na região de destino, para poder identificar qual a opção mais viável. Desse modo, os indivíduos desejariam migrar sempre que o retorno esperado fosse positivo e maior do que os benefícios esperados no caso da permanência na região de origem.

O modelo desenvolvido por Mincer (1978) é variante do modelo neoclássico de custo/benefício, diferenciado a partir da unidade de análise, passando de indivíduo para a família (MUNIZ, 2014). Mincer defende que a decisão de migrar dependerá da diferença entre os retornos obtidos pela família no processo migratório e os custos individuais associados ao deslocamento familiar. Se o retorno líquido¹¹ auferido com a migração não for positivo, esta não ocorrerá. Poderá ocorrer um impasse¹², no caso do retorno esperado para um (por exemplo: chefe do domicílio) for positivo e para o outro (cônjuge) for negativo e

¹¹ Diferença entre os ganhos da família obtidos com a migração e os custos individuais.

¹² Restringindo uma família a um casal que possui influência direta na decisão de migrar e tendo em vista que os filhos só podem exercer influência indireta.

vice-versa, devendo o cálculo do retorno líquido ser determinante para o processo decisório. Quando a migração ocorre mesmo com um indivíduo tendo um retorno negativo, este é classificado como um migrante ligado (*tied mover*). Quando a migração não ocorre por conta das perdas do casal ser maiores que os ganhos, o indivíduo que auferiu retorno esperado positivo é classificado como não migrante ligado (*tied stayer*).

Segundo a **Teoria do Capital Humano**, que tem Becker (1993) como um dos seus principais expoentes, o indivíduo decidirá migrar também com base em cálculos de custos e benefícios, só que desta vez, estes seriam balizados por suas várias atividades e hábitos, pelos investimentos feitos em educação, observando os benefícios¹³ esperados pelos mesmos, assim como pelos custos.

De acordo com a **Nova Economia da Migração**, representa por Stark e Bloom (1985), Stark e Taylor (1989), a unidade familiar, deixando de lado o enfoque individual, é tida como o principal agente econômico e seu recurso fundamental é o trabalho. As famílias buscam proceder a partir da diversificação dos recursos disponíveis tentando não só maximizar os ganhos, como também minimizar os riscos. Dessa forma, a unidade familiar envia algum (ou alguns) membro (s) para trabalhar em outra região, objetivando remeter parte da renda gerada para a localidade de origem. Ao contrário da economia neoclássica, esta escola preconiza a existência de um mercado de trabalho imperfeito, e que mesmo diante da ausência de diferenças salariais, as migrações tenderiam a se concretizar para que seja evitada a possibilidade de uma queda no padrão de vida da família.

Outra concepção que leva em consideração aspectos micro na decisão de migrar são as teorias que procuram destacar a **importância das redes sociais**¹⁴ como fonte de informação sobre as condições de vida e oportunidades de emprego na região de interesse para o migrante. Atuam conectando migrantes e migrantes potenciais, fornecendo informações privilegiadas acerca de uma possível mobilização espacial de um indivíduo. Nesta abordagem, o papel da família também é destacado por poder proporcionar, no processo de dispersão da unidade familiar geograficamente, a criação de redes sociais de parentes, promovendo a disseminação de informações imprescindíveis.

Há ainda a **Teoria Transnacional**, que surgida na última década do século XX, a partir da constatação de que existiam imigrantes que possuíam um caráter transnacional, que faziam do país estrangeiro e de seu país de origem uns únicos territórios de ação social.

¹³ Nessa concepção, os indivíduos também possuem racionalidade neoclássica.

¹⁴ Associações ou grupos de pessoas ligados por laços familiares, ocupacionais, afetivos ou culturais (PORTES, 1999 *apud* CASTRO, 2011, p. 26).

Seriam imigrantes que influenciariam suas comunidades em conjunto, não apenas através de participações econômicas, mas também através de remessas sociais. Cabe salientar que, aquele indivíduo que emigra e pretende retornar para seu país de origem não pode ser considerado transmigrante, da mesma forma, aquele que emigra e criou vínculos com o país de destino e não deseja retornar mais para seu país de origem. Somente àqueles que possuem ligações com os dois países se encaixam na definição do termo.

O progresso dos meios de comunicação conquistado nas últimas décadas, representado pela facilitação do acesso a internet e a expansão da utilização da telefonia celular, bem como o barateamento dos custos de transporte (principalmente o aéreo), acabaram favorecendo e dando impulso as migrações, sejam elas internacionais, interestaduais ou intermunicipais (BRZOZOWSKI, 2012); assim como terminaram beneficiando o surgimento e a ampliação da categoria do transmigrante.

Partindo para as teorias sob a perspectiva macro, tem-se o **Modelo de Atração-Repulsão**, que defende que as migrações são estimuladas por um conjunto de fatores de repulsão (baixos salários, desemprego, etc.) no país de origem, e pelos fatores de atração (altos salários, possibilidade de melhor condição de vida, etc.) presentes no país de destino (CASTRO, 2011). Nesse contexto, as migrações seriam explicadas a partir dos fatores de atração-repulsão, que por sua vez, seriam derivados das discrepâncias na distribuição do capital e mão de obra entre as regiões.

A **Teoria Neoclássica**, em sua versão macro, sendo a principal herdeira dos modelos de atração-repulsão (MARQUES, 2008 *apud* CASTRO, 2011), vai vincular a vigência de movimentos migratórios populacionais às diferenças geográficas de demanda e oferta de trabalho (LEWIS, 1954). O mercado de trabalho seria o principal mecanismo indutor das migrações, conferindo menor importância aos outros mercados no que tange aos determinantes da migração. Os deslocamentos populacionais ocorreriam das regiões onde os salários vigorassem em patamares mais baixos e com excesso de mão de obra, para as regiões onde houvesse escassez de trabalhadores e salários elevados. O processo migratório ocorreria até que os salários fossem elevados nas regiões de origem e abaixados nas regiões de destino, decorrentes de ajustes na quantidade de oferta e demanda de trabalho nas duas localidades.

Outra teoria que procura explicar o surgimento dos movimentos migratórios é a **Teoria do Sistema-Mundo**. Esta, baseada na concepção marxista-estruturalista, identifica a migração como parte de um sistema único, o mundo do sistema econômico capitalista. Este além de atuar atraindo migrantes de regiões periféricas para regiões desenvolvidas promove

também o capital na direção do investimento em regiões subdesenvolvidas, com o intuito de aproveitar os insumos e mão de obra mais baratos decorrentes dessas regiões (MALGESINE, 1998 *apud* CASTRO, 2011, p. 25). Singer (1976) vai defender que a migração está relacionada com a industrialização, que por sua vez, é decorrente do aprofundamento do sistema capitalista. Ela atuaria de forma a promover discrepâncias regionais, atraindo movimentos populacionais para a região industrializadamente concentrada. Existiria a demanda por força de trabalho nas localidades industrializadas¹⁵ que acenariam para captar migrantes. Ao passo que haveria dois fatores de repulsão nas zonas rurais: os de estagnação e os de mudança. No primeiro, a migração seria decorrente do crescimento vegetativo e do não acompanhamento na geração de empregos agrícolas. Em se tratando dos fatores de mudança, estes são consequência da inserção de novas técnicas capitalistas de produção que aumentaria a produtividade local, gerando desemprego, promovendo a migração.

O **Princípio da Causalidade Circular ou Cumulativa**¹⁶ de Myrdal (1957) é elementar para explicar a continuidade dos fluxos migratórios. Este autor, opondo-se a ideia de equilíbrio estável, disserta que mudanças no equilíbrio podem provocar novas mudanças que fazem o sistema se movimentar para a mesma direção tomada pelo desequilíbrio inicial. Tendo em vista a ocorrência deste fato, os processos sociais tenderiam a se tornarem circulares e/ou cumulativos. Dessa forma, a perpetuação do processo migratório estaria vinculada a ação cumulativa de alguns fatores, como: o grau de concentração de renda e da terra, a cultura migratória, alguns tipos de trabalhos rotulados socialmente, a distribuição regional do capital humano e a organização da produção agrícola (Massey; et al., 1993 *apud* Santos; et al., 2010).

Outra abordagem relevante é a **Teoria do Mercado Dual de Trabalho** de Piore (1979), na qual afirma que existem nas regiões de destino (mais desenvolvidas) dois mercados de trabalho, um onde os empregos possuem remuneração alta e condições de trabalho favoráveis, e outro onde vigora baixos salários¹⁷ e condições desfavoráveis. Ocorre que os trabalhadores nativos da região optam pelos empregos com altos salários e condições favoráveis, restando para os migrantes à tarefa de ocupar empregos do segundo tipo. Destaca-

¹⁵ Este seria o fator de atração.

¹⁶ De acordo com outra divisão das teorias de migração internacional presente em Patarra (2006) e em Castro (2011), as Redes Sociais, o Princípio da Causalidade Circular, as Análises Institucionais, a Teoria do Sistema-Mundo e a Teoria Transnacional seriam os principais desenvolvimentos teóricos aplicados aos estudos de deslocamentos populacionais, com o objetivo de explicar a continuidade do processo migratório. As demais teorias explicariam o surgimento dos fluxos migratórios.

¹⁷ Estes salários são considerados baixos na região receptora, mas na região de origem do migrante, estes são relativamente elevados.

se na Teoria do Mercado Dual do Trabalho a ênfase no papel das instituições tanto públicas como privadas, no intuito de dar suporte às migrações.

A Teoria do Mercado Dual do Trabalho faz parte de uma vertente teórica que engloba as **Análises Institucionais**, que entende que surgirão instituições públicas ou privadas (atuando de forma legal ou ilegal) que operarão com o objetivo de contrabalançar o número de imigrantes que os países receptores estão dispostos a acolher, e o número de imigrantes que desejam entrar no país de destino. Com o crescimento dos movimentos migratórios, os governos passam a ter maiores dificuldades de controlar as entradas de migrantes, passando a estipular cotas de visto na tentativa de restringir os volumes oriundos de deslocamentos populacionais estrangeiros. Com isso, devido às diferenças entre oferta e demanda, surgiriam instituições que trabalhariam de forma ilegal.

Estas teorias embora tenham sido desenvolvidas a nível internacional, podem ser facilmente aplicadas à realidade brasileira no que tange a migração internacional, interestadual e intermunicipal, pois se constituem explicações plausíveis para o surgimento e continuidade dos fluxos migratórios de uma região (seja num âmbito micro, meso ou macro).

3.2 Movimentos Migratórios Acerca do Estado de Alagoas

3.2.1 Emigração de Alagoas para as Grandes Regiões

A falta de capacidade de reter mão de obra, a baixa produtividade (SILVA, 2008), a evidência de indicadores sociais atrasados (CARVALHO, 2007), etc. São elementos que acabam corroborando para o Estado de Alagoas ser caracterizado como importante remetente de mão de obra para outros estados.

Não obstante, este quadro negativo acaba influenciando os movimentos populacionais, contribuindo para dar continuidade ao processo migratório de alagoanos em direção principalmente a região Sudeste.

Lima, Oliveira e Simões (2012, p. 13), estudando as migrações inter-regionais, para o ano de 2000, apontam que não apenas Alagoas possui a característica de não conseguir reter população, o que leva para a indicação de que esse problema é específico da região Nordeste (exceto Ceará, Paraíba e Pernambuco).

Do quadro (1), pode-se constatar que, de acordo com o Censo 2000, a grande região que absorveu a população emigrante de Alagoas foi a Sudeste, perfazendo 56,74% do total,

seguida da região Nordeste com 33,71%. A terceira região que mais recebeu emigrantes desse estado foi a Centro-Oeste, alcançando 6,17%. As demais regiões ficaram abaixo de 2%.

Quadro 1. Emigração de Alagoas para as Grandes Regiões – Brasil, 2000 e 2010

Emigração de Alagoas para as Grandes Regiões				
Grandes Regiões	Valores (2000)	Percentual (2000)	Valores (2010)	Percentual (2010)
Norte	2434	1,90	2219	1,70
Nordeste	43129	33,71	39843	30,58
Sudeste	72603	56,74	70773	54,31
Sul	1888	1,48	3586	2,75
Centro-Oeste	7895	6,17	13886	10,66
Totais	127949	100	130307	100

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

Este volume de pessoas que tinham como destino a região Sudeste, majoritariamente, dirigia-se para o estado de São Paulo, que detinham 86,24% da população alagoana com destino a esta região. O que pode ser explicado pela liderança econômica que este estado exerce no território nacional.

Em 2010, de acordo com o quadro (1), a participação dos emigrantes alagoanos na região Sudeste, apesar de ter se mantido como a maior receptora, foi diminuída, passando de 56,74%, em 2000, para 54,31%¹⁸. Os emigrantes com destino a outros estados do Nordeste atingiram, 30,58%, recuando 3,13 pontos percentuais em relação ao Censo anterior. Da mesma forma, decresceu a participação dos emigrantes em relação à região Norte, que era em 2000, 1,9%, e passou para 1,7% no Censo seguinte.

Contudo, em direção contrária estiveram as regiões do Centro-Oeste e do Sul, que conseguiram ter a emigração de alagoanos ampliada. O Centro-Oeste subiu de 6,17%, para 10,66%; ao passo que o Sul cresceu de 1,48% para 2,75%.

De acordo com Lima, Oliveira & Simões¹⁹ (2012, p. 12):

Nos demais estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste também parece ter ocorrido o aumento das respectivas capacidades de atração e/ou de retenção em determinadas áreas, pois, em geral, aumentou a quantidade de imigrantes. O crescimento econômico dos vértices do polígono gerou efeitos de transbordamento, que funcionaram como economias de aglomeração para as áreas comparáveis destes

¹⁸ O estado de São Paulo ficou com 77,34% da emigração de alagoanos em 2010, no total da região Sudeste.

¹⁹ No trabalho destes autores, está presente uma análise inter-regional das migrações nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, para viabilizar a compatibilização das unidades territoriais, utilizou-se o critério de Áreas Mínimas Comparáveis. Para detalhes, consultar: (REIS et al., 2011 *apud* Lima, Oliveira & Simões, 2012).

estados que foram capazes de incorporar estas vantagens via complementaridade setorial.

Dessa forma, entende-se que a interpretação de Diniz (1993) acerca do desenvolvimento poligonal²⁰ no Brasil, fornece a justificativa para a consolidação das capacidades de atração e/ou retenção de emigrantes de outras localidades, na maioria dos estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, pois o desenvolvimento poligonal gerou efeitos de transbordamento nos estados circunvizinhos, que se apropriaram de vantagens via complementaridade setorial.

3.2.2 Imigração para Alagoas oriundas das Grandes Regiões

Passando para a análise da imigração das Grandes Regiões em direção ao estado de Alagoas, observa-se que, no quadro (2), a região que possui maior participação na composição dos imigrantes é a Nordeste, que deteve 52,04% do total de imigrantes no ano 2000, seguida da região Sudeste que atingiu 41,74% para o mesmo ano. As demais regiões possuíram menos de 3% do total, tomadas isoladamente.

Estes dados refletem o fato de que, quando se trata de imigração, a região Nordeste assume maior importância relativa quando comparada com outras regiões. Devido à Alagoas estar inserida nessa região, o fator proximidade é mais determinante para o volume de imigração do que quando se aborda a emigração.

A região Sudeste, sobrepõe-se as demais regiões (exclusivo Nordeste), principalmente pelo estado de São Paulo e do Rio de Janeiro desempenharem no contexto nacional da primeira década do século XXI, o papel de área de rotatividade migratória (BAENINGER, 2012)²¹.

Para esta autora, a área de rotatividade migratória, que se enquadram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro estaria vinculada ao perfil dos estados de receber e remeter migrantes

²⁰ O desenvolvimento poligonal é um termo cunhado para descrever o processo de reconcentração industrial no eixo que corta os municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos, a partir do ano de 1970. Geograficamente, traçando retas ligando estes municípios, tem-se uma figura de um polígono, por isso, utilizou-se o termo de desenvolvimento poligonal para descrever aquele processo.

²¹ Para Baeninger (2012), existem no país três tipos de áreas que caracterizam a migração relacionada aos anos de 2000 a 2010. Uma área de retenção migratória nacional e regional, que é representada pelo estado de Goiás. Áreas de retenção migratória regionais, com o estado do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul). Por fim, uma área de rotatividade migratória, que se enquadram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

de forma rotativa, o que aponta para a explicação da proporção de imigrantes advindos dos estados da região Sudeste, para Alagoas.

Quadro 2. Imigração para Alagoas das Grandes Regiões - Brasil, 2000 e 2010

Imigração para Alagoas das Grandes Regiões				
Grandes Regiões	Valores (2000)	Percentual (2000)	Valores (2010)	Percentual (2010)
Norte	767	1,37	1196	2,23
Nordeste	29125	52,04	28130	52,49
Sudeste	23359	41,74	21016	39,22
Sul	1149	2,05	1254	2,34
Centro-Oeste	1567	2,80	1995	3,72
Totais	55967	100,00	53591	100,00

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

Em relação ao ano de 2010, as regiões do Norte (passando de 1,37% em 2000, para 2,23% em 2010), Nordeste (sai de 52,04% para 52,49%), Sul (2,05% para 2,34%) e Centro-Oeste (2,8% para 3,72%), ampliam suas participações na imigração de seus estados para Alagoas. Somente o Sudeste perde participação relativa (41,74% para 39,22%).

Todavia, em valores absolutos, a variação percentual de 2000 a 2010 para as regiões registram crescimento para o Norte (55,93%), Centro-Oeste (27,31%) e Sul (9,13%). Verifica-se queda para o Nordeste (decresce 3,41%) e Sudeste (10,03%). Apenas essa última região obteve variação negativa na imigração, tanto absoluta quanto relativa. Isto aponta para o diagnóstico de uma maior inserção e participação das outras regiões na imigração em Alagoas.

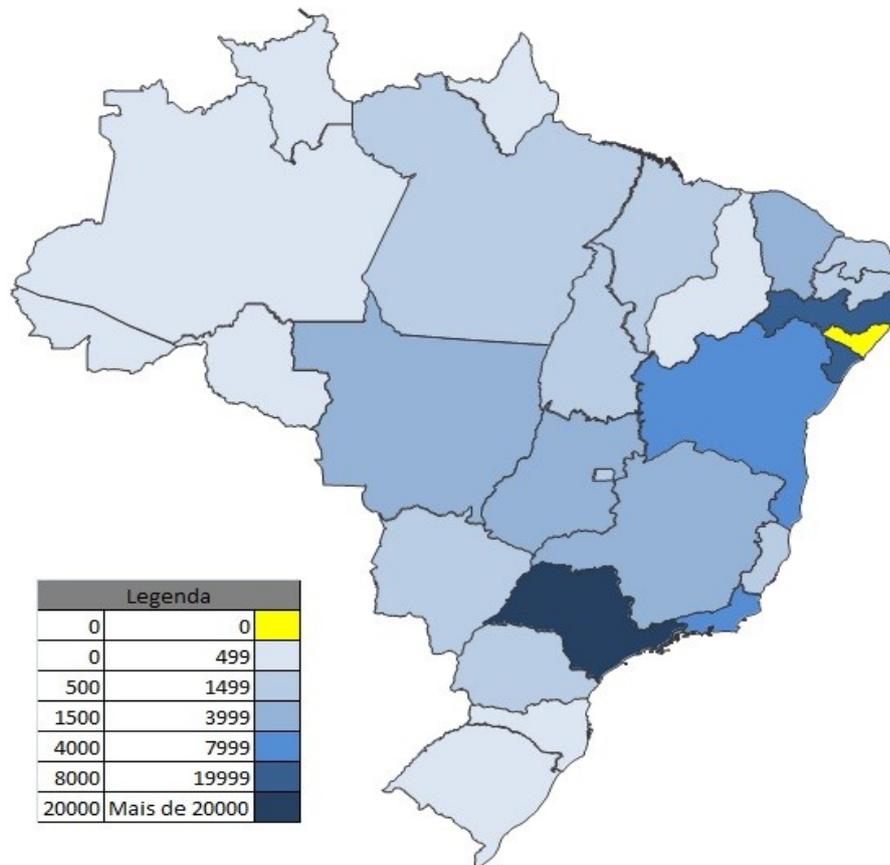
3.2.3 Emigração de Alagoas para os Estados da Federação

As vinculações emigratórias de Alagoas com os demais estados da federação expressam a importância do fator proximidade para explicar, em parte, as principais regiões de destino dos alagoanos. Fazendo fronteira com Pernambuco (ao Norte e Noroeste), Sergipe (ao Sul) e Bahia (ao Sudoeste), Alagoas dispõe nesses estados, parcela significativa de seus emigrantes.

Segundo o Censo demográfico 2000, o estado de Alagoas remeteu aproximadamente 128 mil emigrantes. Conforme a figura (1), o estado de São Paulo se configura como o mais expressivo absorvedor de população advinda de Alagoas, totalizando 62609 pessoas, correspondendo a 48,93% do total da emigração de alagoanos. O que o faz ser o único estado

enquadrado na faixa dos que recebem mais de 20000 emigrantes. Na segunda faixa de classificação de emigração, que vai de 8000 a 19999, surgem os estados circunvizinhos de Pernambuco e Sergipe, que atingiram uma quantia de 18826 e 11318, detendo 14,71% e 8,84% de participação relativa, respectivamente. No terceiro grupo, na faixa de 4000 a 7999, encontram-se os estados da Bahia e do Rio de Janeiro, com 7832, perfazendo 9,12% sobre o total para o primeiro estado, e 5409, para o segundo, com participação de 4,22%.

Figura 1. Emigração de Alagoas para os Demais Estados da Federação - 2000



Fonte: Elaboração própria, com dados do Censo 2000.

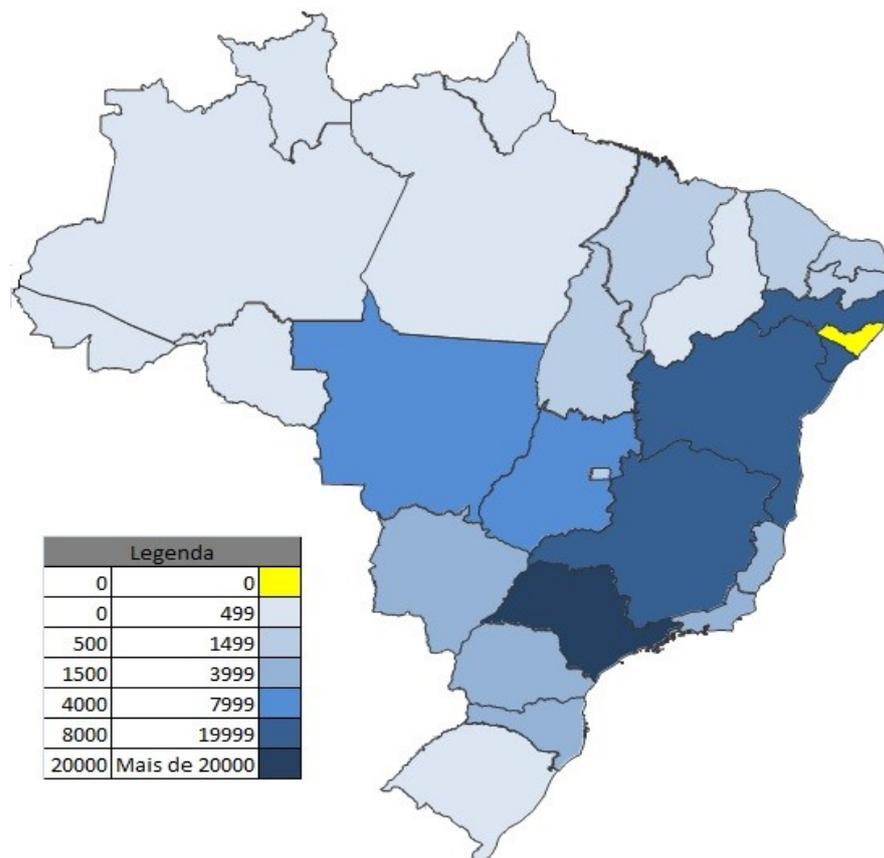
Na escala que vai de 1500 a 3999, estão os estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Ceará e Goiás, sendo os dois primeiros citados, os que alcançaram volumes maiores de emigrantes dentro desse grupo, 3799 (totalizando 2,96%) e 3659 (com 2,85% de participação), respectivamente.

Os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo e Distrito Federal, encaixam-se na categoria de 500 a 1499. Na

última categoria estão os demais estados que tiveram menos de 500 pessoas oriundas de Alagoas²².

No ano de 2010 o número de emigrantes alagoanos atinge aproximadamente 130 mil. Analisando a emigração de Alagoas para os demais estados da federação, de acordo com a figura (2), uma primeira mudança que surge é a incorporação dos estados da Bahia e Minas Gerais na segunda escala mais alta de emigração. Desse modo, passaram-se a participar da faixa entre 8000 a 19999, os estados de Pernambuco com 15542 emigrantes alagoanos (com cerca de 12% sobre o total), Minas Gerais (14428, possuindo 11,07% de participação), Sergipe que acolheu 11237 emigrantes correspondendo a 8,62%, e Bahia que recebeu 8141 alagoanos, o que acarretou numa participação de 6,24%.

Figura 2. Emigração de Alagoas para os Demais Estados da Federação – 2010



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo 2010.

²² A legenda na figura (1), que corresponde a Alagoas, de cor amarela que vai de 0 a 0, significa que os dados do Censo, segundo o critério de data fixa, estipulam o valor zero para este estado.

Outra mudança consiste no aumento da emigração de alagoanos para os estados de Goiás e Mato Grosso, que antes estavam enquadrados na escala de 1500 a 3999, e passam a integrarem a faixa de 4000 a 7999. Esses dois estados receberam concomitantemente, 4081 e 6501 emigrantes provenientes de Alagoas, possuindo 3,13% e 4,98% de participação. Cabe ressaltar a saída do Rio de Janeiro dessa faixa de emigração, que passou para a escala imediatamente inferior a esta.

Em Lima, Simões e Hermeto (2014) está presente um estudo sobre a atratividade migratória para áreas comparáveis do território nacional de 1980 a 2010, onde se observa que as principais zonas com poder de atração estavam inseridas na região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, fato derivado da desconcentração produtiva nos locais de entorno da região metropolitana de São Paulo. Desse modo, pode-se justificar a emigração de alagoanos para os estados dessas grandes regiões a partir desta constatação.

Fazem parte do grupo entre 1500 a 3999, para o ano de 2010, os estados do Rio de Janeiro (que obteve 3861 emigrantes advindos de Alagoas), Espírito Santo (2709), Mato Grosso do Sul (2130), Paraná (1789) e Santa Catarina (1518). Estes estados alcançaram participação relativa, respectivamente, de 2,96%, 2,07%, 1,63%, 1,37% e 1,16%. Na faixa de 500 a 1499, estão Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Tocantins. Os demais estados excetuando-se São Paulo, encaixaram-se na faixa de menos de 500 pessoas.

Como em 2000, o estado de São Paulo em 2010 continuou a ser maior receptor de emigrantes alagoanos, com a ressalva de ter seu valor absoluto diminuído, alcançando 49775 neste último ano. Caindo de uma participação relativa de 48,93% para 38,19%, no período analisado.

Oliveira et al. (2012, p. 18), entende que:

A migração no Nordeste, pelos elementos acima apresentados, apresenta um interessante campo de pesquisa social. A recente dinâmica evidenciou a manutenção do Sudeste, especialmente São Paulo, como o principal destino dos migrantes inter-regionais. No entanto, dentro da própria região nordestina o recente dinamismo econômico, a influência das políticas públicas de transferência de renda parecem ter influência na decisão de migrar.

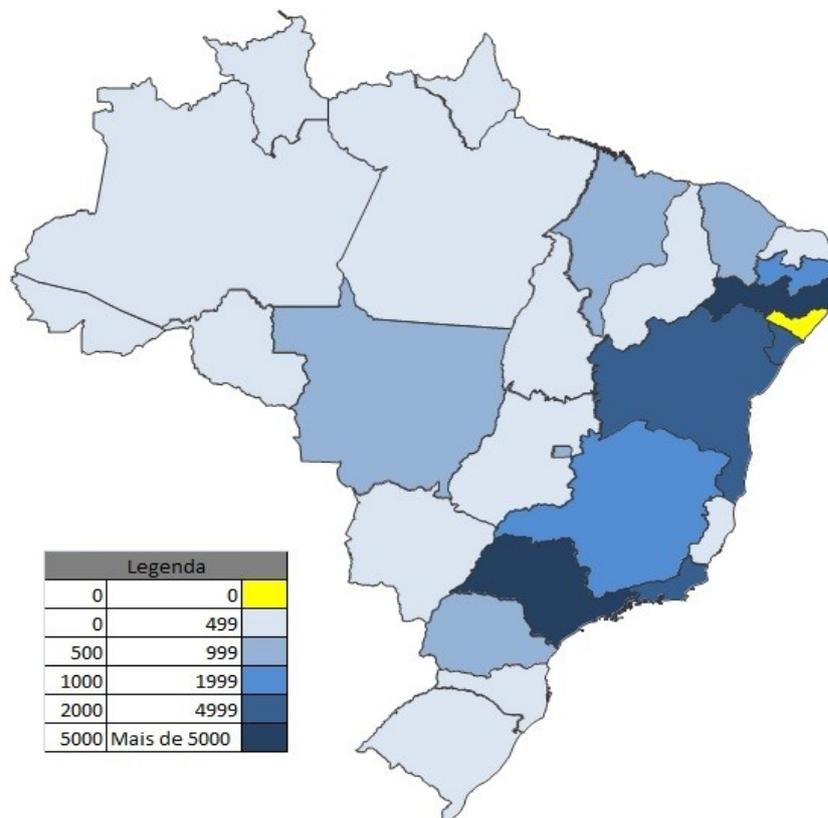
Os dados de emigração, de 2000 a 2010, apontam para a manutenção dos estados do Nordeste (em maior proporção, os adjacentes) e do Sudeste, como os principais absorvedores de indivíduos provenientes de Alagoas. Estes, somados à incorporação dos estados de Goiás e Mato Grosso, representam cerca de 93% do total dos destinos de emigrantes alagoanos.

Contudo, a diminuição no número de emigrantes nos estados do Rio de Janeiro (que declinou 28,61% de 2000 a 2010) e São Paulo (que decresceu 20,49%, no período estudado) parecem indicar um maior potencial de retenção de população, mesmo que moderadamente, no Estado de Alagoas. Sobretudo, fruto da influência das políticas públicas de transferência de renda fortalecidas no Brasil nos anos recentes, que provocam impactos mais expressivos em regiões menos desenvolvidas.

3.2.4 Imigração em Alagoas advinda dos Estados da Federação

A imigração no estado de Alagoas revela semelhança entre os estados que tinham vínculos a partir da emigração. Pois, observando a figura (3), constata-se que os principais estados que remetem população para Alagoas são, em sua maioria, os mesmos que absorviam parcela significativa da população alagoana. Dentre eles, podem-se citar: Pernambuco, Sergipe, Bahia e São Paulo.

Figura 3. Imigração em Alagoas Oriundas dos Estados da Federação – 2000



Fonte: Elaboração própria, com dados do Censo 2000.

Todavia, para o ano de 2000, a imigração para Alagoas totalizou 55967 pessoas. O estado de São Paulo e o de Pernambuco se configuraram como os mais importantes centros que enviaram pessoas para Alagoas. Os mesmos estavam enquadrados, segundo a figura (3), na faixa dos estados com mais de 5000 imigrantes. Sendo que o primeiro enviou 19105 pessoas, e o segundo 17414, alcançando 34,13% e 31,11% de participação relativa, respectivamente.

Na escala que vai de 2000 a 4999, estão os estados de Sergipe que colaborou com 8,24% dos imigrantes em Alagoas, Bahia com 6,94%, e Rio de Janeiro, que alcançou 4,95%. Perfazendo o primeiro, o total de 4615 pessoas, o segundo 3885, e o último 2771. Na classificação que enquadra as unidades da federação de 1000 a 1999, estão Paraíba (com 1124 imigrantes originados desse estado, resultando em 2% de participação) e Minas Gerais (com 1073, o que representa 1,91% do total).

Aparecem na faixa entre 500 a 999: Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Distrito Federal e Paraná. Os demais estados estão enquadrados na última escala, que vai de 0 a 500.

Em Lyra (2003, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 13), constata-se que:

[...] reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, situadas no Sudeste do país, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão e menor dinamismo econômico, especialmente a região Nordeste.

Isto remete ao contexto anterior ao ano de 2000, pois o aumento nas migrações de retorno evidenciado nos anos 90 e no ano de 2000 é reflexo da crise no mercado de trabalho, principalmente na região Sudeste na década de 70, e que se estende aos anos 90 com o baixo crescimento do PIB nacional (CUNHA e BAENINGER, 2005). O que justifica os volumes consideráveis de imigrantes advindos dos estados do Sudeste, para Alagoas.

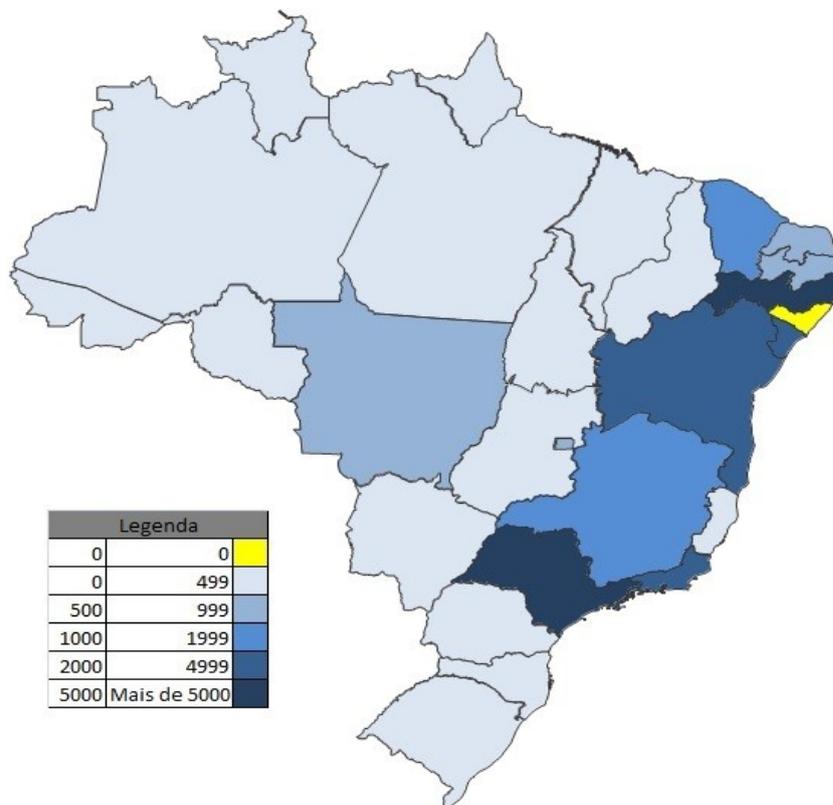
Para o ano de 2010, o total de imigrantes em Alagoas declina, passando de 55967 em 2000, para 53591 no último Censo. O que concede indícios da baixa atratividade que o estado detém como destino na região Nordeste, revelando a dificuldade que existe para romper o componente inercial de trajetórias dominantes, que reproduzem a manutenção das disparidades de renda entre os estados (LIMA, SIMÕES e OLIVEIRA, 2012).

As mudanças ocorridas no ano de 2000 para 2010, na imigração, tomando a figura (4), consistem na maior importância adquirida do estado do Ceará (totalizando 1222 imigrantes para Alagoas) que entra para a terceira faixa de maior peso na imigração (de 1000 a 1999) adquirindo uma participação de 2,28%, juntando-se ao estado de Minas Gerais (que enviou

1256 pessoas, auferindo 2,34% de participação). Ocorre perda de imigrantes advindos da Paraíba (com um total de 913, detendo 1,70% dos imigrantes em Alagoas) que desce de categoria e passa a participar da escala entre 500 a 999, ao lado dos estados do Rio Grande do Norte²³, Mato Grosso e Distrito Federal, que remeteram 666, 765 e 621 imigrantes para Alagoas, participando com 1,24%, 1,42% e 1,15%, respectivamente. Por fim, outra mudança consistiu na inserção dos estados do Maranhão e do Paraná na última faixa de imigração.

São Paulo e Pernambuco continuam como os estados mais participativos no total da imigração para Alagoas. Aqueles alcançaram um volume de 17266 e 15777 pessoas que tiveram como destino este último estado, correspondendo a 32,21% e 29,43% do total das imigrações para Alagoas, respectivamente. Ambos continuam ocupando a escala dos estados com mais de 5000 imigrantes. Na segunda faixa mais expressiva (de 2000 a 4999), encontram-se Sergipe com 4575 pessoas (com participação de 8,53% sobre o total), Bahia que enviou 4351 pessoas e Rio de Janeiro, com 2329. Estes últimos obtiveram 8,11% e 4,34% dos imigrantes com destino a alagoas, respectivamente.

Figura 4. Imigração em Alagoas Oriundas dos Estados da Federação – 2010



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo 2010.

²³ Este estado passa no ano de 2010 para esta respectiva faixa, subindo da faixa imediatamente anterior.

Entre os estados que integram as duas maiores escalas (São Paulo, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro), de 2000 para 2010, pode-se constatar que o único estado que não diminuiu a sua participação no volume de imigrantes para Alagoas foi a Bahia. Dessa forma, cabe salientar que uma explicação pertinente para a queda no número de emigrantes desses estados consiste na redução da migração de retorno para Alagoas, ocorrida no período.

De acordo com o IBGE, nos censos de 2000 e 2010, o volume de imigrantes de retorno para o estado de Alagoas foi de 23830 no primeiro ano, e de 20274 no segundo. A participação relativa da imigração de retorno no total da imigração alcançou 42,6% e 37,8% nestes mesmos anos. Portanto, uma queda absoluta e relativa, o que permite explanar sobre a queda do volume de emigração naqueles estados a partir da justificativa da diminuição na imigração de retorno.

3.2.5 Saldos Migratórios e Índice de Eficácia Migratória

O estado de Alagoas historicamente, em termos de movimentos populacionais, é conhecido pelos seus saldos migratórios negativos. No Censo de 2000, seu saldo foi de -71982, em 2010, de -76716, o que representou aumento no saldo negativo de 6,57%. Basicamente, com a exceção de dois estados (Amapá e Rio Grande do Sul), no ano de 2000 (na figura 5), Alagoas alcançou saldos migratórios negativos com todos os estados.

Conforme figura (5), observa-se que entre os estados que representaram maiores perdas migratórias para Alagoas, provocando saldos negativos, estão: São Paulo (que fez Alagoas ter saldo negativo de 43504), Sergipe (-6703), Bahia (-3947), Mato Grosso (-3295), Rio de Janeiro (-2638) e Minas Gerais (-2586). Alagoas teve seus saldos negativos com os demais estados, abaixo de 2000 pessoas.

Para o ano de 2010, com os dados expressos na figura (6), verifica-se que Alagoas consegue obter saldos positivos agora com quatro estados (Pernambuco, Rio grande do Sul, Acre e Amazonas).

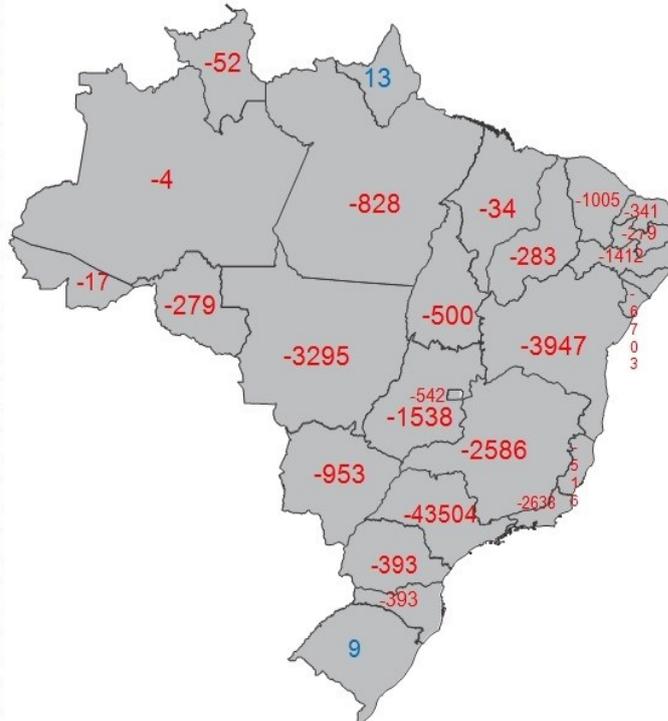
Todavia, de 2000 a 2010, pode-se apontar entre os estados que Alagoas conseguiu diminuir seus saldos negativos: Rondônia, Roraima²⁴, Pará, Piauí, Ceará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (quadro 3). Sendo as reduções nos saldos mais expressivas, representadas pelo Ceará (que recuou de -1005 para -101), Pará (-828 para -72), Rio de

²⁴ O estado de Alagoas com relação ao estado de Roraima, apesar de ter alcançado redução de 57,69%, em valores absolutos reduz apenas em 30 pessoas seu saldo.

Janeiro (-2638 para -1532) e de São Paulo (-43504 para -32509); estes tiveram quedas de 89,95%, 91,3%, 41,93% e 25,27%, respectivamente.

Figura 5. Saldos Migratórios de Alagoas com os Estados da Federação, 2000

Estados	Saldo
Rondônia	-279
Acre	-17
Amazonas	-4
Roraima	-52
Pará	-828
Amapá	13
Tocantins	-500
Maranhão	-34
Piauí	-283
Ceará	-1005
Rio Grande do Norte	-341
Paraíba	-279
Pernambuco	-1412
Alagoas	0
Sergipe	-6703
Bahia	-3947
Minas Gerais	-2586
Espírito Santo	-516
Rio de Janeiro	-2638
São Paulo	-43.504
Paraná	-393
Santa Catarina	-355
Rio Grande do Sul	9
Mato Grosso do Sul	-953
Mato Grosso	-3.295
Goiás	-1538
Distrito Federal	-542



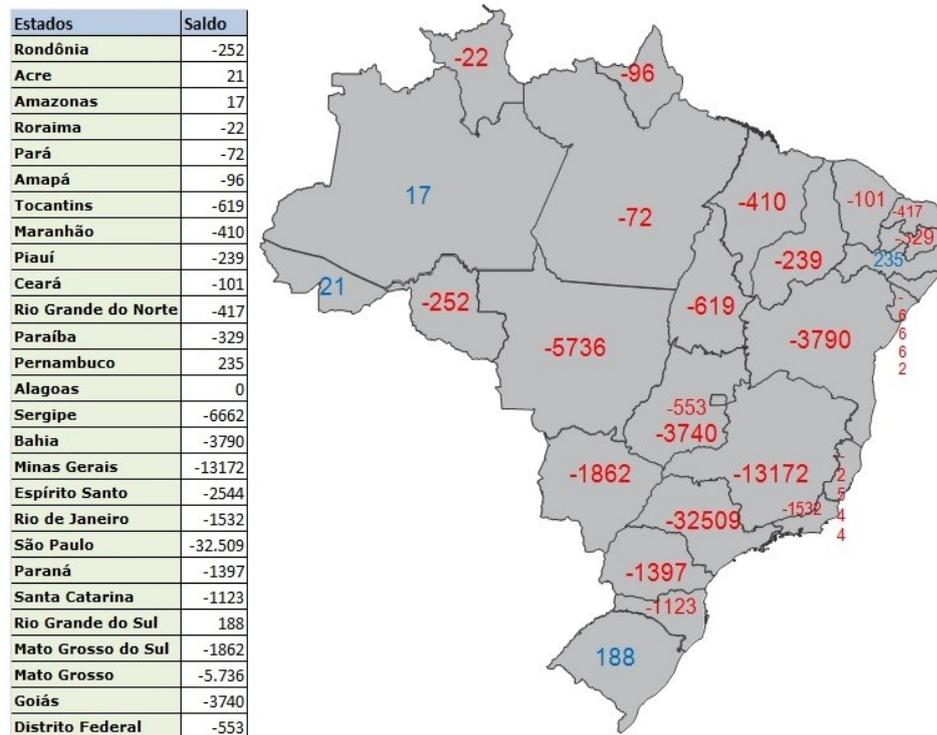
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo 2000.

Uma explicação para a redução de saldos negativos e a ampliação de saldos positivos para o caso de Alagoas, estaria vinculada à migração de retorno, que Baptista, Campos e Rigotti (2012, p. 1) entendem como migrante desse tipo:

[...] aquela pessoa que deixou o seu local de origem, residiu algum tempo em outra região e depois regressou ao seu lugar de nascimento. Em geral, o motivo da saída do indivíduo é de ordem econômica, ou seja, ele vai em busca de melhores oportunidades de emprego na expectativa de incrementar sua renda. O retorno, muitas vezes, se verifica por algum equívoco de avaliação quanto às oportunidades no local de destino, o que resulta em frustração no que tange às suas expectativas quanto às melhorias almejadas.

Estes autores destacam além das frustrações de renda, moradia e expectativas de emprego no lugar de destino, o caso das pessoas de idade que decidem reemigrar para os locais de origem, por conta da obtenção do sucesso alcançado com a migração, para poder aproveitar a velhice junto aos familiares.

Figura 6. Saldos Migratórios de Alagoas com os Estados da Federação, 2010



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo 2010.

Quadro 3. Redução de Saldos Migratórios Negativos de Alagoas, por Estados, 2000 e 2010

Grupo que Alagoas reduziu saldo negativo			
Ano	2000	2010	Variação %
Rondônia	-279	-252	9,68
Roraima	-52	-22	57,69
Pará	-828	-72	91,30
Piauí	-283	-239	15,55
Ceará	-1005	-101	89,95
Sergipe	-6703	-6662	0,61
Bahia	-3947	-3790	3,98
Rio de Janeiro	-2638	-1532	41,93
São Paulo	-43.504	-32.509	25,27

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Em relação aos saldos negativos de Alagoas que foram ampliados, presentes no quadro (4), estes são mais representativos com respeito aos estados do Maranhão (que aumenta de -34 para -410), Minas Gerais (de -2586 amplia para -13172), Espírito Santo (-516 para -2544), Paraná (-393 para -1397), Santa Catarina (-355 para -1123), Mato Grosso do Sul

(-953 para -1862), Mato Grosso (-3295 para -5736) e Goiás (-1538 para -3740). Os estados tiveram variação percentual, respectivamente, de 1105,88%, 409,36%, 393,02%, 255,47%, 216,34%, 95,38%, 74,08% e 143,17%.

Estes aumentos dos saldos migratórios negativos para Alagoas nestes estados podem ser explicados a partir da análise de Gomes (2012), que defende que este estado perdeu participação relativa no PIB *per capita* regional, de 2002 a 2009.

[...] o PIB per capita de Alagoas despenca de uma participação no PIB per capita regional de 86,6%, em 2002, para 82,4%, em 2009. Assim, ele se distancia do cearense e paraibano e se nivela por baixo em relação ao Maranhão e Piauí. Reforça-se, com isso, o argumento de que apesar da população alagoana ser uma das que menos cresce na região, o seu produto não tem crescido a ponto de fazer o PIB per capita também evoluir. E isso ficou evidenciado quando as contas regionais registraram, em 2008, a redução da participação do PIB alagoano no PIB brasileiro de 0,7% para 0,6%. (GOMES, 2012, p. 8).

Além de perder participação no PIB *per capita* regional, Alagoas também obtém queda na participação do PIB brasileiro em 2008. Fato que age dando impulso à emigração, o que tende a aprofundar os saldos negativos.

Quadro 4. Aumento de Saldos Migratórios Negativos de Alagoas, por Estados, 2000 e 2010

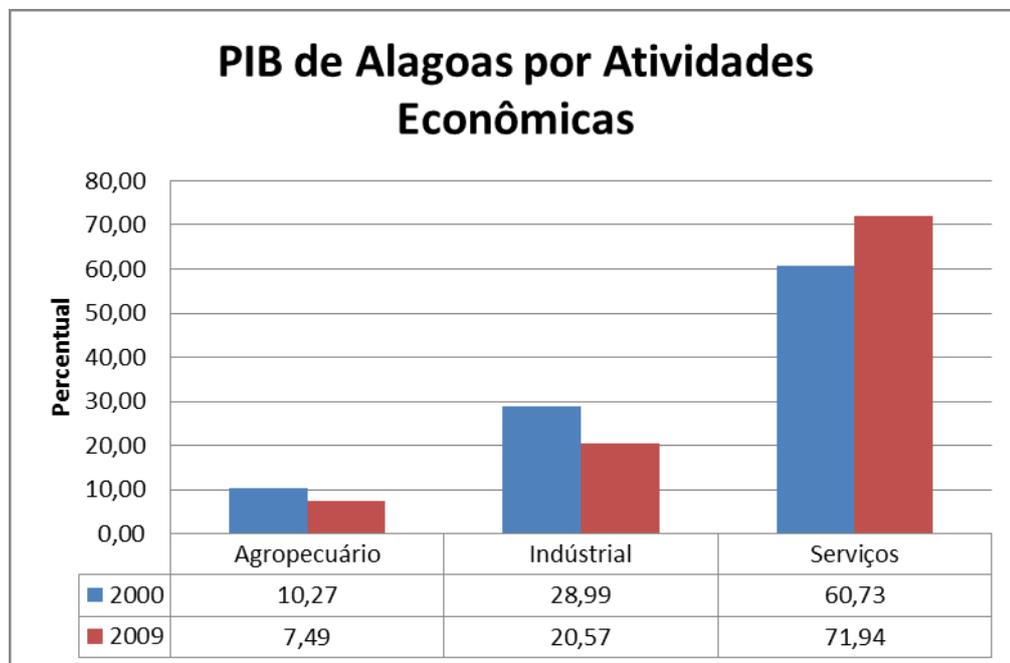
Grupo que Alagoas aumentou saldo negativo			
Ano	2000	2010	Variação %
Tocantins	-500	-619	23,80
Maranhão	-34	-410	1105,88
Rio Grande do Norte	-341	-417	22,29
Paraíba	-279	-329	17,92
Minas Gerais	-2586	-13172	409,36
Espírito Santo	-516	-2544	393,02
Paraná	-393	-1397	255,47
Santa Catarina	-355	-1123	216,34
Mato Grosso do Sul	-953	-1862	95,38
Mato Grosso	-3.295	-5.736	74,08
Goiás	-1538	-3740	143,17
Distrito Federal	-542	-553	2,03

Fonte: IBGE.

Outro ponto é que, conforme gráfico (1), em Alagoas nos anos de 2000 a 2009, ocorre o declínio da participação no PIB dos setores agropecuário e industrial, em contrapartida,

sucedo o aumento relativo do setor de serviços, que já se mostrava em 2000 como o setor de maior importância para a economia. O setor agropecuário que possuía 10,27% de fatia no PIB alagoano em 2000, passa a deter 7,49% em 2009. O industrial, por sua vez, no mesmo período, decresce sua participação de 28,99% para 20,57%. Por fim, o setor de serviços amplia sua participação na economia, de 60,73% para 71,94%. Este fato corrobora para evidenciar o atrofiamento da indústria no estado, assim como do encolhimento do setor agropecuário.

Gráfico 1. Participação Relativa dos Setores Econômicos na Composição do PIB de Alagoas. 2000 e 2009



Fonte: IPEA.

Carvalho (2007, p. 17) aponta que em Alagoas:

“[...] a baixa produtividade na agropecuária explica a diferença entre a população ocupada e a presença relativa de riqueza total. A indústria revela o contrário, um número menor de trabalhadores e uma fatia maior no PIB total. O setor de serviços (incluindo comércio e administração pública) é o grande motor da economia.”

Portanto, apesar do setor agropecuário incorporar uma representativa quantidade de mão de obra, devido ao fato de possuir baixa produtividade o mesmo não consegue gerar um PIB que corresponde a seu volume de mão de obra, isto é, a proporção do PIB gerado pelo setor é baixa em relação ao PIB criado pelo setor industrial que incorpora pouca força de

trabalho em relação ao setor agropecuário. Dessa forma, o setor de serviços (incluindo comércio e administração pública) se constitui um relevante absorvedor de mão de obra, assim como um gerador de significativo valor adicionado (CARVALHO, 2007). Entretanto, apesar deste setor deter maior participação sobre o PIB do estado, ele apresenta baixa produtividade (SILVA Alexandre, 2013).

Com a constatação da diminuição da importância dos setores agropecuário e industrial, que são potenciais geradores de emprego e renda, assim como são setores que podem viabilizar um possível desenvolvimento econômico para o estado de Alagoas, além do problema da baixa produtividade do principal setor da economia estadual, Alagoas acaba perdendo atratividade migratória, dando impulso à evasão de pessoas, que buscam emprego nos grandes centros industriais.

Cabe salientar, a partir do quadro (5), que apenas a relação de Alagoas com o Amapá passa de saldo positivo para negativo (de 13 para -96). Que Alagoas amplia com o Rio Grande do Sul seu saldo positivo (de 9 para 188). Do grupo que passou de saldo negativo para positivo (Acre, Amazonas e Pernambuco²⁵), a reversão dos saldos com Pernambuco é mais expressiva em termos absolutos, pois passa de um saldo de -1412 para 235.

Quadro 5. Saldos Migratórios de Alagoas, por Grupos de Estados, de 2000 e 2010

Grupo que passou de Saldo positivo para Negativo			
Ano	2000	2010	Varição %
Amapá	13	-96	838,46
Grupo que passou de Saldo negativo para positivo			
Ano	2000	2010	Varição %
Acre	-17	21	223,53
Amazonas	-4	17	525,00
Pernambuco	-1412	235	116,64
Grupo que permaneceu com saldo positivo			
Ano	2000	2010	Varição %
Rio Grande do Sul	9	188	1988,89

Fonte: IBGE.

Da seção anterior, observa-se que os volumes de imigrantes advindos dos estados do Amapá, Acre, Amazonas e Rio Grande do Sul para Alagoas, situavam-se na última faixa de classificação. Do mesmo modo ocorreu com os emigrantes de Alagoas para aqueles estados,

²⁵ Para visualização dos demais resultados, veja-se a o quadro (5).

que se enquadravam na faixa de mais baixa classificação. Por isso, os saldos migratórios obtidos com aqueles estados devem ser interpretados com cautela, pois os dados não apontam para relações de trocas migratórias expressivas entre eles.

De acordo com Baptista, Campos e Rigotti (2012, p. 16): “Continuando a histórica incapacidade de reter população nas suas fronteiras regionais, o Nordeste continuou com perdas líquidas, embora, tudo indique que alguns de seus estados estejam atraindo migrantes da própria região”.

Estes autores evidenciam, em uma análise sobre o Nordeste, que os saldos migratórios continuam negativos para esta região em 2010, e realçam a ideia de que alguns estados estejam atraindo migrantes de outras unidades da federação da própria região. Que para a análise em questão, remete a Pernambuco como estado que teve seus saldos diminuídos com Alagoas.

Analisando o Índice de Eficácia Migratória²⁶ (IEM) contido no quadro (6), o mesmo reflete a incapacidade histórica de Alagoas não conseguir reter população, pois o IEM de 2000 foi de -0,39 e o de 2010, de -0,42. Ou seja, há uma diminuição do índice, o que indica que Alagoas se agravou como área de média evasão migratória.

Quadro 6. Índice de Eficácia Migratória para Alagoas, 2000 e 2010

Índice de Eficácia Migratória		
Ano	2000	2010
Índice	-0,39	-0,42

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE.

3.3 Perfil do Imigrante em Alagoas por Grupos de Idade e Sexo

Qualquer que seja a região de destino, em se tratando da migração interna no Brasil, o migrante possui a característica de ter maior nível de escolaridade quando comparado ao não migrante (JUSTO e SILVEIRA NETO, 2009). Ele é jovem, e especificamente, o migrante Nordestino com maior escolaridade tende a migrar para destinos incluídos na própria região, sobrando para os menos qualificados as migrações de longa distância (inter-regionais) (IPEA,

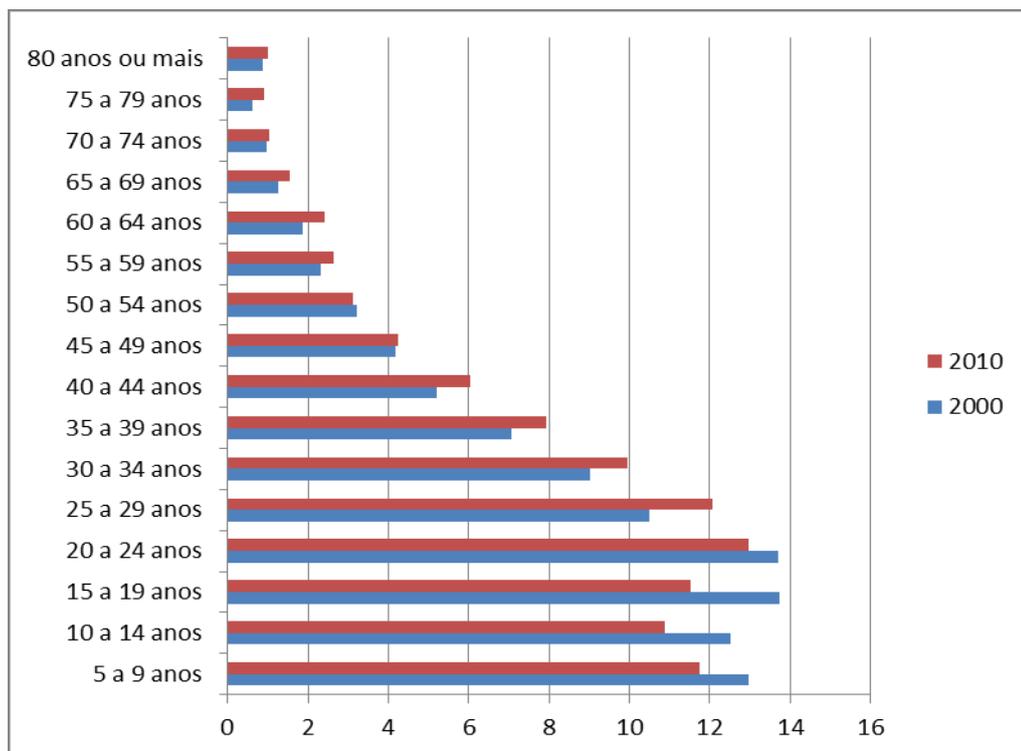
²⁶ Vale lembrar que o Índice de Eficácia Migratória varia de 1 a -1, quanto mais próximo de 1, a área se caracteriza como de forte absorção migratória, quanto mais próximo de -1, classifica-se como área de forte evasão migratória. De -0,50 a -0,30, a área é classificada como de média evasão migratória, que corresponde ao caso de Alagoas.

2010). Em investigação feita por Bastos e Perantoni (2012), evidenciou-se que sexo e raça não eram fortes elementos determinantes da migração.

Analisando o perfil do imigrante de Alagoas por grupos de idade, contido no gráfico (2), observa-se que de 2000 a 2010, houve uma redução de participação nos grupos de 5 a 9²⁷ anos, até os grupos de 20 a 24. Nos de 25 a 29 anos em diante, ocorre o aumento de participação no período destacado (com exceção do grupo de 50 a 54). O que é indicativo do aumento da participação de imigrantes com mais idade, reflexo também da migração de retorno dos nordestinos, que vigora principalmente entre pessoas de 25 a 34 anos, sejam homens ou mulheres (BASTOS e PERANTONI, 2012).

Cabe salientar que os grupos classificação de 5 a 39 anos responderam em 2000, por 79,45% das imigrações, ao passo que em 2010, por 77,06%. O que reafirma a hipótese da maior propensão do jovem à migração.

Gráfico 2. Participação Percentual do Imigrante de Alagoas, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010

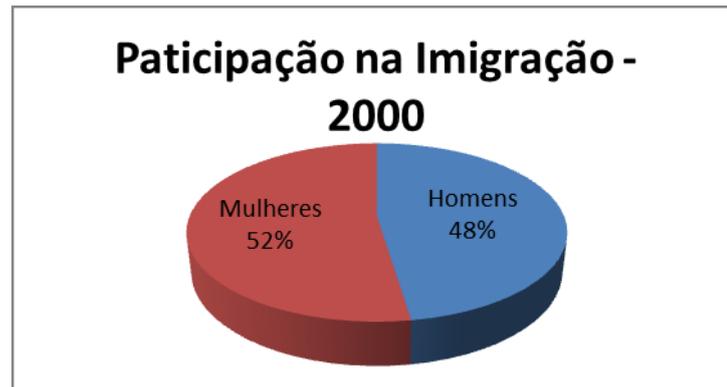


Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

²⁷ Os grupos de 5 a 14 anos consistem numa migração que depende e está vinculada a família, majoritariamente. Portanto, são as faixas a partir de 15 a 19 anos, por estar inclusa a maior idade nesse grupo, que podem exprimir o poder de decisão de migrar. Quando uma pessoa migra em função de outra, esta é classificada como migrante ligado (MINCER, 1978), que pode ser o caso principalmente dos grupos de idade entre 5 a 14 anos.

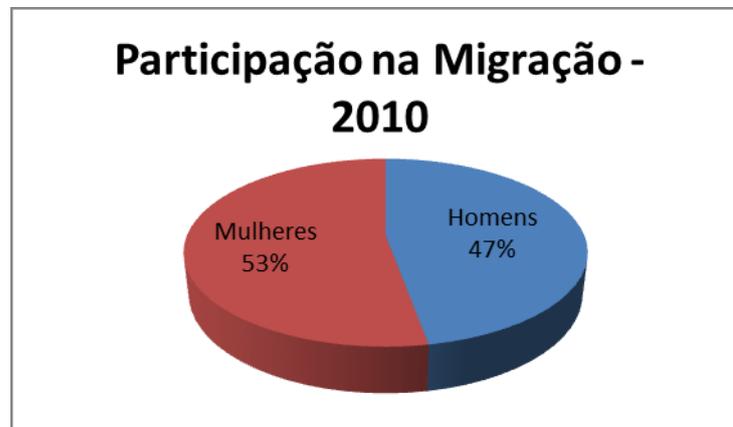
A participação na imigração de Alagoas por sexo, exposta no gráfico (3), para o ano de 2000, traz um percentual de 52% para as mulheres e 48% para os homens. Ao passo que no gráfico (4), esta participação feminina é ampliada em 2010, atingindo 53%, enquanto que os homens obtiveram 47%.

Gráfico 3. Participação por Sexo na Imigração, 2000



Fonte: IBGE.

Gráfico 4. Participação por Sexo na Imigração, 2010

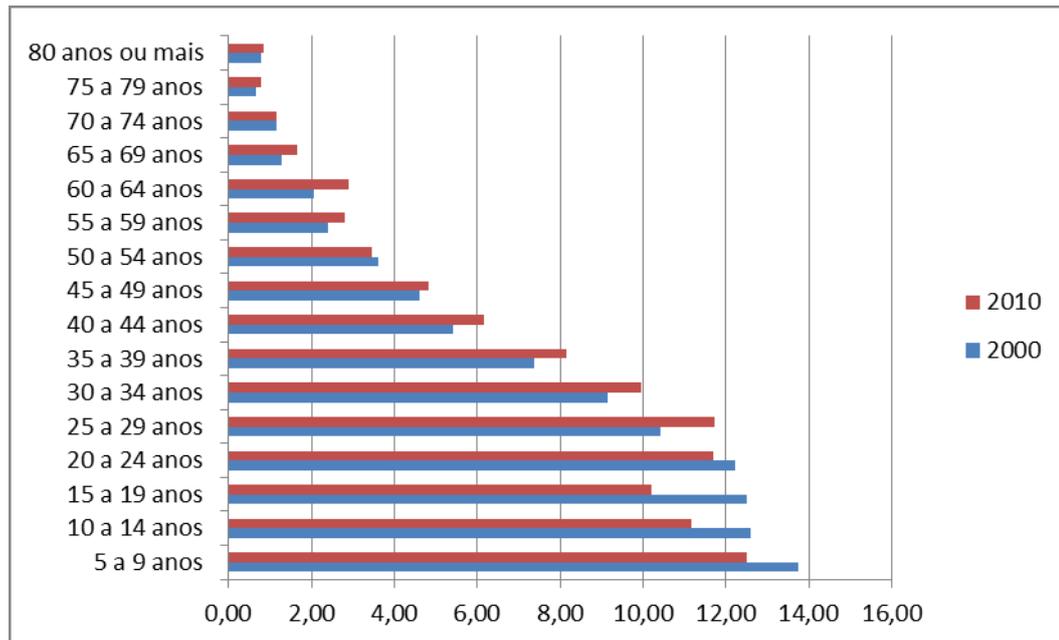


Fonte: IBGE.

Para o caso dos imigrantes homens, no gráfico (5), para o período de 2000 a 2010, pode-se verificar que a partir do grupo de idade de 25 a 29 anos, a participação percentual se amplia para os grupos mais velhos (com exceção do grupo de 50 a 54 anos), Isto se torna mais claro quanto se toma a participação agregada dos grupos acima de 30 anos, que sobe de 38,53% para 42,70% no fim do período. Todavia, mesmo com a queda de participação no período (de 77,99% para 75,40%), os grupos que concentram imigrantes do sexo masculino são os que vão de 5 a 39 anos. A faixa de grupo mais representativa, deixando ausentes as

faixas entre 5 a 14 anos, concerne a de 15 a 19 anos em 2000 (com uma participação de 12,49%), e a de 25 a 29, com 11,72%, em 2010. O somatório das participações dos grupos de 15 a 29 anos, atingem 35,12% e 33,63%, para o período.

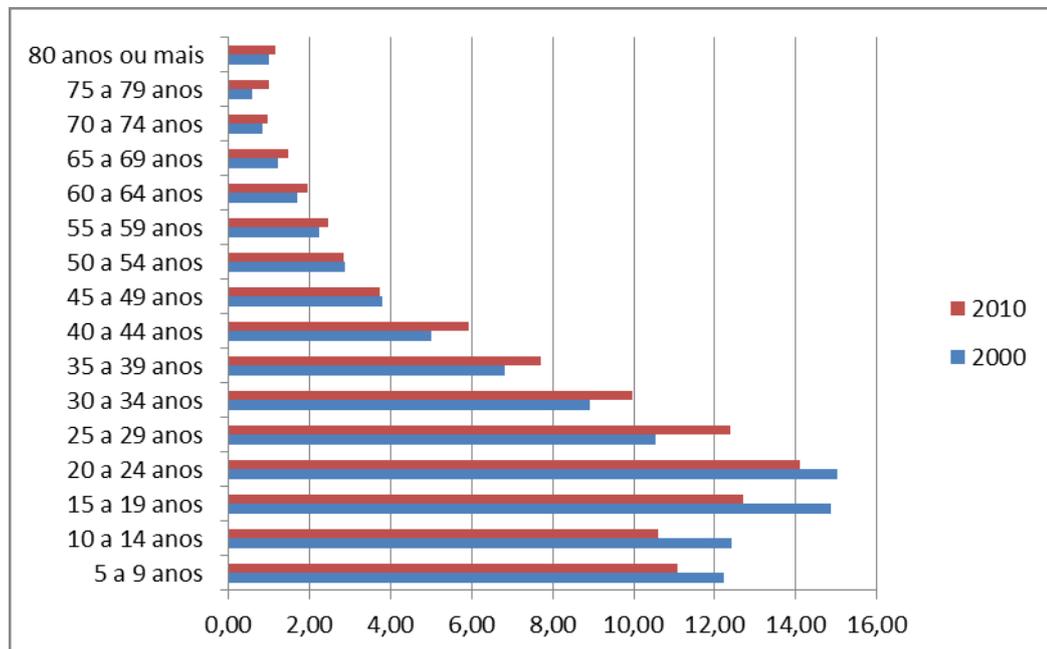
Gráfico 5. Participação Percentual do Imigrante do Sexo Masculino para Alagoas, a partir de 5 anos ou mais de idade, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Perfilizando os imigrantes segundo o gênero, tem-se que os imigrantes do sexo feminino (gráfico 6), levando em conta o mesmo período em análise, passam por uma ampliação dos grupos a partir de 25 anos; entretanto, as exceções se darão nas faixas de idade de 45 a 49, e de 50 a 54. Os grupos de 5 a 39 anos correspondem a um total de participação de 80,80%, no ano de 2000, e de 78,52% em 2010. Todavia, para as mulheres, a faixa de grupo mais substancial é a de 20 a 24 anos (15,03% e 14,09%), que somada com as faixas de 15 a 19 e de 25 a 29, perfazem um total de 40,44% e 39,18% para os respectivos anos do Censo. A participação conjunta dos imigrantes femininos acima de 30 anos, totalizaram 34,93% em 2000, e 39,16% em 2010, respectivamente.

Gráfico 6. Participação Percentual do Imigrante do Sexo Feminino para Alagoas, por Grupos de Idade, de 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Uma conclusão pertinente consiste na percepção de que relativamente, as imigrantes mulheres são mais jovens do que os homens, para o caso de Alagoas. Conseqüentemente, a participação dos homens acima de 30 anos é maior do que a das mulheres para os dois Censos destacados, mesmo apesar de ter aumentado a participação desta categoria de idade para ambos os sexos.

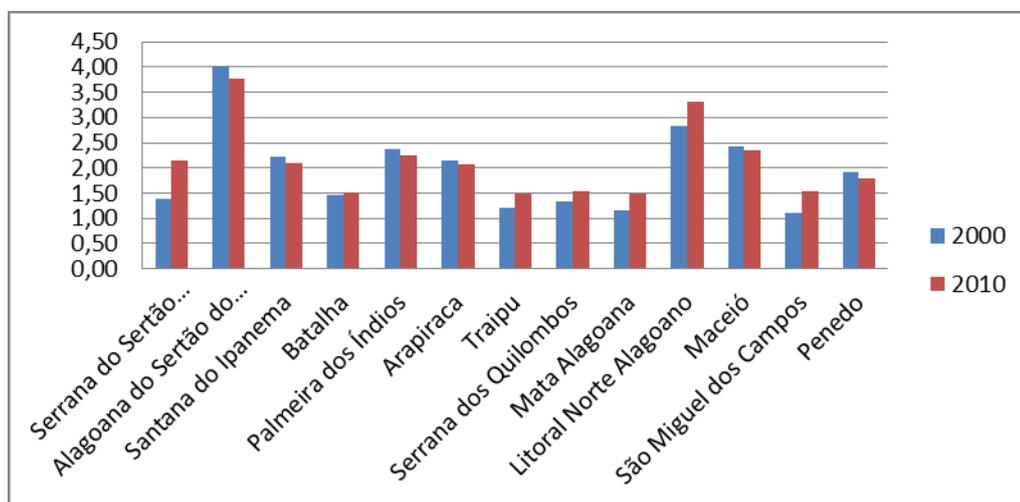
4 IMIGRAÇÃO PARA AS MICRORREGIÕES DE ALAGOAS

4.1 Taxa de Imigração e Aspectos Econômicos das Microrregiões

Nesta seção, procura-se descrever o processo migratório²⁸ no Estado de Alagoas, segundo as microrregiões, traçando as características idiossincrásicas da economia dessas localidades. Para tanto, toma-se o percentual de imigrantes advindos de outros estados e países em relação ao total da população, para as microrregiões do estado.

O gráfico (7) traz o levantamento dos dados coletados junto ao IBGE, para o ano de 2000 e 2010, do percentual de imigrantes segundo as microrregiões em relação ao total da população das respectivas microrregiões²⁹. Toma-se a variável pessoas a partir de 5 anos de idade que não residiam nas microrregiões alagoanas em 31/07/1995³⁰ e que passaram a habitar, desde agosto de 1995 à data do recenseamento de 2000; do mesmo modo, utilizou-se esta variável para o Censo de 2010.

Gráfico 7. Percentual de Imigrantes Segundo as Microrregiões em Relação ao Total da População. 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

²⁸ Não se objetiva neste trabalho tratar dos saldos migratórios para as microrregiões, pois como os saldos migratórios para o estado de Alagoas tanto em 2000, como em 2010 foram negativos, este tipo de análise é menos favorável do que o estudo da imigração, que traz a mensuração dos movimentos populacionais, preocupando-se com a parte dos fluxos de entrada.

²⁹ O que representa a taxa de imigração com relação ao total da população.

³⁰ Para compor os dados referentes à migração, é levada em consideração tanto as migrações inter-regionais como as internacionais, ou seja, fazem parte dessa estatística, as pessoas de acordo com a região de procedência: estrangeira, do Brasil – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Todavia, não se leva em consideração às imigrações internas em Alagoas, devido a esta variável não permitir tal possibilidade.

De acordo com os dados contidos no gráfico (7) e quadro (7), a Microrregião de São Miguel dos Campos³¹, registrava em 2000 uma taxa de imigração de 1,12%, com relação ao total da população. Que passou, em 2010, para uma taxa de 1,55%. O que representou para a localidade uma mudança no sentido de sair da pior situação (presente no quadro³² 7) entre as microrregiões, passando a ocupar a 9ª posição no último ano.

Esta melhora na taxa de imigração verificada na **microrregião de São Miguel dos Campos** se deveu basicamente, por um lado, aos contingentes populacionais recebidos principalmente pelas cidades economicamente mais dinâmicas da microrregião, São Miguel dos Campos e Coruripe. Os municípios citados atraem fluxos migratórios a partir de suas já consolidadas bases econômicas. No caso de São Miguel dos Campos, verifica-se a presença da agroindústria de exploração dos derivados da cana-de-açúcar representada pela Usina Caeté e Usina Sinimbú. Outras unidades industriais que funcionam no município são: a fábrica de cimento Cimpor e a Petrobrás. Por sua vez, o setor comercial em São Miguel dos Campos exerce influência em diversos municípios próximos. Com essa estrutura econômica, o referido município se configura como atrativo à migração entre as cidades de sua microrregião.

Coruripe, assim como a maioria dos municípios dessa microrregião, é caracterizado pela presença do setor sucroalcooleiro. Entre as Usinas que se encontram no município, podem-se citar: Usina Coruripe, Guaxuma e Cooperativa Pindorama³³. A agricultura é relativamente diversificada possuindo lavouras expressivas de coco-da-baía, milho, feijão, etc., além de ter o maior canavial do Estado (INSTITUTO ARNON DE MELO, 2012). O turismo vem crescendo em Coruripe devido as suas praias e lagoas, repercutindo na ampliação da rede hoteleira e de pousadas.

Ademais, para esta microrregião, é no setor sucroalcooleiro que repousa a maior parcela da atividade industrial. Todavia, as transferências federais desempenham um papel

³¹ Como será visto na próxima seção, esta localidade registrou o maior crescimento de participação relativa no número de imigrantes do estado, além se configurar como a quarta maior microrregião que detém participação no volume de imigrantes. Fatos que impossibilitam descartar esta microrregião como importante polo atrativo à migração. Apesar de sua taxa de imigração ter sido a mais baixa entre as localidades no ano de 2000. Todavia, para o ano de 2010, a taxa foi ampliada, o que a colocou como a 9ª na classificação.

³² Este traz um *ranking* das microrregiões em relação à taxa de imigração para os dois anos estudados. A taxa de imigração é obtida a partir da razão entre o total de imigrantes de determinada microrregião e a respectiva população da localidade.

³³ A Cooperativa Pindorama compreende uma usina de açúcar, uma destilaria, uma unidade industrial de derivados do coco e uma fábrica de sucos de fruta.

importante como fonte de renda para a população desta localidade, assim como em todo o estado.

A **microrregião de Penedo** apresentou uma taxa de imigração de 1,92% e 1,78%, em 2000 e em 2010, respectivamente. Tomando-se o *ranking* das microrregiões segundo as diferentes taxas de imigração (quadro 7), esta microrregião ocupou a 7ª posição no primeiro ano, e a 8ª conforme o segundo.

Quadro 7. *Ranking* das Microrregiões a Partir das Taxas de Imigração, 2000 e 2010

Posição	Microrregião/2000	Imigração
1	Alagoana do Sertão do São Francisco	4,03
2	Litoral Norte Alagoano	2,82
3	Maceió	2,43
4	Palmeira dos Índios	2,37
5	Santana do Ipanema	2,21
6	Arapiraca	2,14
7	Penedo	1,92
8	Batalha	1,46
9	Serrana do Sertão Alagoano	1,4
10	Serrana dos Quilombos	1,32
11	Traipu	1,21
12	Mata Alagoana	1,15
13	São Miguel dos Campos	1,12
Posição	Microrregião/2010	Imigração
1	Alagoana do Sertão do São Francisco	3,76
2	Litoral Norte Alagoano	3,32
3	Maceió	2,35
4	Palmeira dos Índios	2,25
5	Serrana do Sertão Alagoano	2,14
6	Santana do Ipanema	2,08
7	Arapiraca	2,07
8	Penedo	1,78
9	São Miguel dos Campos	1,55
10	Serrana dos Quilombos	1,53
11	Batalha	1,51
12	Mata Alagoana	1,49
13	Traipu	1,48

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

As principais características econômicas da microrregião de Penedo é o turismo (com potencial de crescimento), produção de açúcar e álcool (realizada na Penedo Industrial S. A. –

Paisa), arroz, mandioca e cultivo de diversas frutas (destinadas a Cooperativa Pindorama). Há ainda municípios com economia fundamentada na pesca artesanal, cana-de-açúcar e coco.

Maceió corresponde à microrregião de maior importância econômica do estado. A capital Maceió concentra a maior parte dos investimentos realizados. A indústria representada pela Braskem, Sococco e um polo com 66 empresas de porte médio e grande, apesar de se configurar como a maior estrutura industrial de Alagoas, não é capaz de se constituir como o setor mais dinâmico. É no setor de comércio e serviços que a economia de Maceió se especializa e fundamenta suas bases (SILVA Alexandre, 2013). Todavia, o setor da construção civil é crescente, a rede hoteleira e as atividades de pesca são significativas. Os demais municípios da microrregião possuem fortes vínculos com a capital. Os mais expressivos são: Marechal Deodoro, Rio Largo e Pilar.

No tocante a imigração, Maceió obteve taxa de 2,43% e 2,35%, para os anos estudados. A microrregião de Maceió no *ranking* de imigração se manteve na 3ª colocação (quadro 7), para os dois anos. O que a qualifica como importante zona receptora de imigrantes no estado.

As características econômicas da **microrregião do Litoral Norte Alagoano** estão vinculadas ao cultivo da cana-de-açúcar, do coco, a expansão da pecuária, a realização da pesca artesanal e o crescente turismo. A economia local, com seu potencial turístico e devido à proximidade ao estado de Pernambuco, acaba recebendo investimentos imobiliários oriundos desse estado.

Com taxa de imigração de 2,82% e 3,32%, em 2000 e 2010, o *ranking* para as microrregiões trouxe a manutenção da 2ª colocação para o Litoral Norte Alagoano, nos apontados anos³⁴.

A **microrregião da Mata Alagoana** é caracterizada pela presença significativa da produção sucroalcooleira e pela expansão da pecuária de corte (verificada em função do fechamento de algumas usinas de açúcar e álcool, nas últimas duas décadas na microrregião, cedendo espaço para esta produção) (INSTITUTO ARNON DE MELO, 2012). Às outras culturas agropecuárias são destinadas áreas insuficientes para promover o desenvolvimento e crescimento delas.

Esta microrregião ocupou a penúltima posição nos dois períodos. Segundo o *ranking* relacionado à imigração, esta obteve taxas de 1,15% e 1,49%, respectivamente.

³⁴ Contudo, a 2ª posição da microrregião do Litoral Norte Alagoano, deve-se em parte ao fato desta possuir tamanho de população reduzida (possui a segunda menor população entre as microrregiões do estado), o que estatisticamente acaba favorecendo a obtenção de taxas elevadas.

Os aspectos econômicos da **microrregião Serrana dos Quilombos** estão relacionados à presença predominante da pecuária de corte, avicultura, suinocultura e da agricultura fundamentada na produção de cana-de-açúcar. A produção de laranja lima em Santana do Mundaú e a de banana em União dos Palmares são exemplos do potencial de diversificação da atividade agrícola na microrregião. Todavia, são nos municípios de Viçosa e União dos palmares que se concentram a produção de proteína animal (avícolas e pocilgas).

Em se tratando do comportamento da imigração na microrregião, observa-se que conforme o quadro (7), esta ocupou a 10ª posição para os anos de 2000 e 2010. Colocação que de acordo com o *ranking*, fez taxas de 1,32% no primeiro ano, e de 1,53% no segundo. Desse modo, constata-se que a microrregião Serrana dos Quilombos não se configurou como uma das principais zonas receptoras de fluxo migratório no estado.

A economia da **microrregião de Palmeira dos Índios** é voltada para a produção pecuária bovina, tanto de corte como leiteira. Há na localidade certa diversidade agrícola, com a presença das culturas do milho, fava, feijão, mandioca, algodão, amendoim e uma fruticultura concentrada na banana, café, caju, coco, laranja e manga. A indústria é voltada para o aproveitamento de produtos derivados da atividade pecuária. No município de Palmeira dos Índios funciona a Valedourado, empresa do ramo de laticínios com presença marcante no Nordeste.

Palmeira dos Índios, de acordo com o *ranking* destacado anteriormente, ficou com a 4ª posições nos dois períodos analisados, com taxas percentuais de 2,37 e 2,25.

A partir do auge da cultura do fumo, evidenciado de 1950 a 1980, **Arapiraca** foi se transformando de pequeno município para o segundo maior do estado de Alagoas. Com a crise dessa atividade aprofundada nos anos 2000, a cidade foi se remodelando passando a expandir diversas culturas agrícolas. Produzem-se além do fumo, tubérculos, frutas, cereais e vegetais. As atividades da pecuária bovina (leiteira), avicultura são significativas, com a presença de empresas como: Frutigut, Bona Sorte, Góis, entre outras do setor de bebidas lácteas, e a Luna Avícola (setor da avicultura). A cidade de Arapiraca é um entreposto comercial e de serviços para sua microrregião, como também para as mesorregiões do Agreste e do Sertão. A diversidade agrícola é característica de sua microrregião.

Um aspecto positivo vinculado à estrutura fundiária da Microrregião de Arapiraca diz respeito à presença significativa da agricultura familiar, que repercute numa menor concentração fundiária.

A grande parte dos municípios da microrregião de Arapiraca possuem estreitos laços econômicos com a principal cidade desta localidade, Arapiraca.

Dentro os principais empreendimentos industriais, podem-se citar: Grupo Coringa (empresa de aproveitamento dos derivados milho, café solúvel, etc.), Mibasa (mineração), Araforros (produção de forros de PVC e portas) e um núcleo industrial (que engloba empresas do segmento de bebidas, cimento, de fabricação de material plástico, gráfico, de móveis, entre outros).

A melhor colocação da microrregião de Arapiraca de acordo com o *ranking* trazido no quadro (7) foi a 6ª, com uma taxa de imigração de 2,14%, no ano de 2000. Em 2010, ela ocupou a 7ª posição, totalizando uma taxa de 2,07%.

A **microrregião de Traipu** tem sua base econômica na pecuária extensiva e nas tradicionais culturas de subsistência (feijão e milho). Um pequeno excedente da produção agrícola é comercializado. A atividade pesqueira está presente no município de São Brás, com o desenvolvimento do APL da Aquicultura no Baixo São Francisco. Com relação à imigração, a localidade ocupou a 11ª posição no *ranking* para o primeiro período (com taxa de 1,21%), caindo para a última colocação (com taxa de 1,48%) no segundo (quadro 7). A baixa taxa de imigração na microrregião pode ser explicada pela pobreza de seu principal município, Traipu, que possui o pior IDH³⁵ dos municípios do estado de Alagoas.

A atividade econômica predominante na **microrregião de Batalha** é a pecuária leiteira. Perfazendo cerca de 1/3 da produção de leite³⁶ do estado. A agricultura é representada pelo milho, feijão e mandioca, desempenhando um papel complementar a atividade principal. A indústria é concentrada no processamento do leite e seus derivados, e na produção de ração animal.

O município de Belo Monte possui economia baseada na pecuária e mineração de calcário. Olho d'Água das Flores é o maior município da microrregião e também o mais dinâmico, em termos econômicos, sendo um entreposto no setor de serviços e no comércio entre os municípios vizinhos. Sua pecuária é marcada pela utilização de tecnologias de ponta para a produção leiteira (principalmente nas grandes fazendas). O município de Batalha é focado na pecuária do leite, com a indústria representada pelo Laticínio Batalha.

As taxas de imigração para a microrregião conforme os dois períodos, expostas no *ranking*, foram de 1,46% e 1,51%, respectivamente, ocupando a 8ª e 11ª posições respeitando a ordem do quadro (7).

³⁵ Tendo como referência o ano de 2000.

³⁶ Dado extraído da Enciclopédia dos Municípios Alagoanos (Instituto Arnon de Melo, 2010).

A pecuária extensiva, com a presença de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves, é atividade característica da **microrregião de Santana do Ipanema**. A agricultura é baseada na produção de milho, feijão e mandioca. Há ainda um esforço para o desenvolvimento da fruticultura em alguns municípios (Santana do Ipanema, Pão de Açúcar), além da apicultura (Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira). A indústria é incipiente e rústica, representada pelas casas de farinha e fabriquetas de queijo.

A microrregião conta com a presença da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, com uma unidade instalada no município de Santana do Ipanema que integra o campus do sertão (com outra unidade instalada em Delmiro Gouveia), possuindo dois cursos superiores: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

No *ranking* da imigração para as microrregiões, esta ocupou a 5ª colocação (com taxa de 2,21%), no primeiro ano, e a 6ª posição (com taxa de 2,08%), em 2010.

Para a **microrregião Serrana do Sertão Alagoano**, a pecuária bovina, com maior representatividade, desempenha papel fundamental, seguida da produção crescente de ovinos e caprinos. A agricultura é baseada no milho, feijão, mandioca e algodão. A indústria é inexpressiva. As transferências federais e os pagamentos do INSS são cruciais como fonte de renda para a localidade. O potencial de crescimento passa pela apicultura e ovinocaprinocultura, inseridas nos Arranjos Produtivos Locais do Sertão, apoiadas pelo Sebrae, Seplande-AL, Ministério do Desenvolvimento Agrário e BNB.

A taxa de imigração da microrregião de acordo com o *ranking* atingiu 1,40% e 2,14%, para os anos analisados. Esta ocupou a 9ª posição em 2000, e a 5ª colocação em 2010.

A **microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco** possui uma pecuária representada pelo rebanho bovino, caprino e ovino. As culturas agrícolas são: a do milho, feijão, mandioca e algodão. A indústria é marcada pela Fábrica da Pedra (no município de Delmiro Gouveia), que produz tecidos de cama e mesa, e a presença de hidroelétricas (Xingó, Angiquinhos e Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso). Na microrregião, o município de Delmiro Gouveia se caracteriza por ter um significativo comércio e ser um polo econômico da localidade.

A Universidade Federal de Alagoas esta inserida no município de Delmiro Gouveia e conta com seis cursos de graduação: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Geografia Licenciatura, História Licenciatura, Letras Licenciatura e Pedagogia Licenciatura.

Conforme o *ranking* que trata da imigração, a localidade ocupou a 1ª posição tanto em 2000, como em 2010, com taxas de 4,03% e 3,76%, respectivamente.

Sobretudo, cabe ressaltar que as três microrregiões mais bem classificadas no *ranking* foram: Alagoana do Sertão do São Francisco, Litoral Norte Alagoano e Maceió. Estas localidades se mantiveram de 2000 a 2010, em suas respectivas colocações, o que é indicativo de que o volume de imigrantes presentes nessas microrregiões foi expressivo em relação ao total de suas populações.

4.2 Distribuição dos Imigrantes das Microrregiões de Alagoas, por Grande Região

A participação dos imigrantes das microrregiões de Alagoas segundo as grandes regiões brasileiras revela três constatações do comportamento geral da imigração. A primeira diz respeito a maior participação de imigrantes advindos do Nordeste e Sudeste para a maioria das microrregiões alagoanas, para os Censos de 2000 e 2010. As exceções são: Mata Alagoana e Litoral Norte Alagoano. Aquela, pelo fato da categoria Brasil sem especificação ter ganhado importância no ano de 2010 (tabela 1), que passou de uma participação percentual no Censo do ano anterior, de 0,83%, para 28,37%, o que culminou na superação da região Sudeste por esta categoria. O mesmo ocorreu na microrregião do Litoral Norte Alagoano, em que a região Sudeste perdeu espaço para a categoria Brasil sem especificação³⁷, de 2000 a 2010, quando o Sudeste cai de 20,35% para 10,10%, e aquela sobe de 1,99% para 17,13%, na contribuição dos lugares de origem na composição do total dos imigrantes das microrregiões alagoanas.

A segunda constatação se manifesta a partir da queda de participação das regiões Nordeste e Sudeste sobre o total de imigrantes para as microrregiões, no decorrer do período. Todavia, duas localidades se excetuam desse comportamento de decréscimo. A primeira consiste na microrregião de Santana do Ipanema, para a qual, de 2000 a 2010, tem sua participação de imigrantes com origem na região Sudeste ampliada, passando de 43,31% para 48,88%, com queda na composição relativa de imigrantes provenientes do Nordeste, de 48,54% para 31,95%. A segunda localidade com comportamento discrepante do geral é a Serrana do Sertão Alagoano. Esta mesmo apesar de ter registrado queda para o Nordeste (de 59,32% para 35,89%), no período, obtém aumento da região Sudeste, que sai de 35,29% em 2000, e alcança 52,58% em 2010.

³⁷ Esta categoria se refere ao imigrante proveniente de qualquer parte do Brasil, sem especificação do lugar de origem, todavia, excluindo Alagoas.

Tabela 1. Distribuição Percentual dos Imigrantes das Microrregiões de Alagoas, por Grande Região, 2000 e 2010

Microrregiões	Censos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil sem Especificação	Exterior
Maceió	2000	1,97	52,23	37,61	3,08	3,31	1,26	0,55
	2010	2,67	46,30	27,51	2,62	2,90	16,25	1,74
Arapiraca	2000	0,66	36,26	55,40	2,32	2,72	2,65	0,00
	2010	2,09	34,23	43,71	1,24	1,71	16,20	0,84
Mata Alagoana	2000	1,04	69,50	26,04	0,37	2,18	0,83	0,00
	2010	0,29	46,24	19,24	0,27	5,64	28,37	0,00
São Miguel dos Campos	2000	1,14	37,05	57,72	0,36	1,39	2,42	0,00
	2010	0,41	26,80	38,81	4,04	6,17	23,56	0,18
Palmeira dos Índios	2000	2,42	45,75	47,07	0,98	1,39	2,39	0,00
	2010	1,83	37,08	40,61	2,31	2,13	16,02	0,00
Santana do Ipanema	2000	1,20	48,54	43,31	2,43	2,97	1,53	0,00
	2010	2,97	31,95	48,88	2,05	0,90	9,92	0,14
Alagoana do Sertão do São Francisco	2000	0,35	63,15	32,74	0,00	2,98	0,82	0,00
	2010	1,84	54,65	27,71	0,57	1,07	13,94	0,00
Serrana dos Quilombos	2000	0,63	55,02	36,47	1,79	2,57	1,58	1,89
	2010	0,00	52,10	29,30	0,94	3,61	14,01	0,00
Penedo	2000	0,40	54,48	36,88	0,84	3,90	3,46	0,00
	2010	0,27	54,28	29,07	0,27	2,30	13,77	0,00
Litoral Norte Alagoano	2000	0,00	73,33	20,35	0,78	0,36	1,99	3,19
	2010	0,59	69,12	10,10	0,72	1,85	17,13	0,59
Serrana do Sertão Alagoano	2000	0,40	59,32	35,29	0,63	3,25	23,60	0,00
	2010	0,00	35,89	52,58	1,41	1,67	8,19	0,31
Batalha	2000	0,00	50,12	47,86	0,39	1,25	0,47	0,00
	2010	1,65	33,74	35,60	0,36	5,30	23,42	0,00
Traipu	2000	0,00	51,16	46,05	1,40	1,63	0,00	0,00
	2010	0,00	47,83	26,90	0,00	0,00	25,09	0,00

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Outra constatação vai em direção ao aumento quase que geral da categoria Brasil sem especificação para as microrregiões, de 2000 a 2010. Entretanto, a exceção neste caso é a microrregião Serrana do Sertão Alagoano, em que esta categoria recua de 23,60% para 8,19%. Este fato, aliado a característica de a região Sudeste deter mais de 50% dos imigrantes com destino a microrregião Serrana do Sertão Alagoano (em 2010), e devido à participação de cada uma das demais regiões de origem ser menor que 2% (excetuando-se a região Nordeste e a categoria Brasil sem Especificação), no último Censo, acaba dando indícios da concentração

de imigrantes advindos principalmente de duas grandes regiões (Sudeste e Nordeste), sobretudo para a localidade Serrana do Sertão Alagoano, mas não somente para ela.

A presunção de que a imigração para as microrregiões alagoanas, predominantemente, abarca indivíduos originários da região Sudeste e da própria região Nordeste dá força a hipótese da baixa desconcentração com respeito aos locais fornecedores de imigrantes. O que tende a resultar em Índices de Herfindahl-Hirschman elevados para as microrregiões de Alagoas.

Cabe salientar a participação menos expressiva dos imigrantes advindos do exterior para as microrregiões de Alagoas. Como é o caso de Traipu, Batalha, Penedo, Alagoana do Sertão do São Francisco, Palmeira dos Índios e Mata Alagoana, que alcançaram nos dois Censos analisados 0% de participação de imigrantes estrangeiros³⁸.

4.3 Índice de Herfindahl-Hirschman para Imigração das treze Microrregiões do Estado

Nesta seção, toma-se o índice de concentração de **Herfindahl-Hirschman**³⁹ aplicado ao caso da imigração para as microrregiões. Esta análise permite a mensuração do quão concentrada ou desconcentrada é a microrregião em seu caráter orbícola, em outras palavras, favorece a constatação da localidade possuir ou não a característica de receber imigrantes dos mais variados lugares de origem, seja em relação aos estados da federação ou à outros países.

A utilização desse método se destaca por fugir de abordagens tradicionais que levam em consideração apenas aspectos referentes à densidade de migrantes⁴⁰. Dessa forma, como em Araujo, et al. (2012), a captação da diversidade de origem dos imigrantes irá se constituir, aqui, elementar para identificar se existem polos de absorção migratória no estado de Alagoas levando em conta esta característica.

³⁸ Este resultado é reflexo da debilidade econômica e social que passa Alagoas, o que o torna menos atrativo para imigração estrangeira em relação a outros estados brasileiros. Basta observar a participação de imigrantes estrangeiros no total de imigrantes para o estado de São Paulo e o de Alagoas, que para o ano de 2010, atingiu 6,14% (dado elaborado a partir do censo 2010) para o primeiro estado, ao passo que para Alagoas alcançou 0,88%, que se torna evidente esta discrepância.

³⁹ Este índice foi criado para mensurar a concentração de mercado das firmas. Varia numa escala que vai de 0 a 10000. Todavia, pode ser convertido numa escala de 0 a 100. Quanto mais próximo de 10000 ou 100, tem-se a máxima concentração. De modo contrário, quanto mais próximo de zero, isto é indicativo de maior desconcentração.

⁴⁰ Todavia, não se pretende negar a importância de tais abordagens, mas apontar para uma análise alternativa.

Para o presente estudo, um Índice de **Herfindahl-Hirschman**, doravante **IHH**, igual a 100 por cento, significa que apenas uma localidade⁴¹ de origem está remetendo pessoas para a microrregião. Ao passo que um IHH de 0% é indicativo de total desconcentração, o que representa que todas as regiões de origem estão colaborando de forma igual na composição do total de imigrantes da respectiva microrregião de análise.

Conforme tratado na metodologia, a classificação utilizada do IHH segue como: desconcentrado, que corresponde a uma faixa de 0% a menos de 10%, concentração moderada, de 10% a 18%, e de concentração elevada, que corresponde a valores do IHH superiores a 18%.

Assim, pode-se afirmar que na tabela (2), todas as microrregiões, para o ano de 2000, caracterizam-se por terem concentração elevada. Isto é, possuem um IHH superior a 18%.

Tabela 2. Índice de Herfindahl-Hirschman (em Termos Percentuais) para as Treze Microrregiões de Alagoas e Status de Concentração, de 2000 e 2010

Índice de Herfindahl-Hirschman					
Microrregião/Ano	2000	Status de Concentração (2000)	2010	Status de Concentração (2010)	Varição (%)
Maceió	20,31	Elevada	15,19	Moderada	-25,21
Alagoana do Sertão do São Francisco	21,13	Elevada	15,67	Moderada	-25,84
São Miguel dos Campos	30,08	Elevada	17,72	Moderada	-41,11
Batalha	28,2	Elevada	18,1	Elevada	-35,83
Arapiraca	29,15	Elevada	21,82	Elevada	-25,17
Palmeira dos Índios	29,55	Elevada	23,43	Elevada	-20,7
Santana do Ipanema	24,82	Elevada	23,98	Elevada	-3,39
Penedo	24,96	Elevada	24,89	Elevada	-0,29
Mata Alagoana	39,47	Elevada	27,22	Elevada	-31,03
Serrana do Sertão Alagoano	26,86	Elevada	28,36	Elevada	5,57
Traipu	40,58	Elevada	28,56	Elevada	-29,63
Serrana dos Quilombos	31,61	Elevada	30,14	Elevada	-4,67
Litoral Norte Alagoano	44,01	Elevada	41,06	Elevada	-6,69

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaboração Própria.

⁴¹ As localidades de origem utilizadas para o cálculo do IHH foram os 26 estados da Federação mais o Distrito Federal, uma categoria de exterior, para captar a influência dos imigrantes provenientes de países estrangeiros no cálculo, e por fim, a localidade de origem chamada Brasil sem especificações, que inclui qualquer imigrante advindo de outros estados do Brasil que não foi especificado, mas excluindo Alagoas.

As microrregiões que apresentaram menor concentração em 2000 foram: Maceió (com IHH de 20,31%), Alagoana do Sertão do São Francisco (com IHH igual a 21,13%), Santana do Ipanema (IHH = 24,82%) e Penedo (com 24,96%). As que obtiveram IHH entre 25% e 30% corresponderam à Serrana do Sertão Alagoano (26,86%), Batalha (28,20%), Arapiraca (29,15%) e Palmeira dos Índios (29,55%). A partir de IHH superior a 30%, estiveram São Miguel dos Campos⁴², Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Traipu e Litoral Norte Alagoano.

Partindo para o ano de 2010, as microrregiões em geral (com exceção da Serrana do Sertão Alagoano) conseguiram reduzir seus IHHs, o que aponta para o indicativo de que essas localidades estão recebendo imigrantes de origem mais diversas do que quando comparado ao ano de 2000.

Uma mudança importante registrada na passagem de 2000 para 2010 consiste na inserção de três microrregiões na classificação de concentração moderada (que vai de 10% a 18%) do IHH. São elas: Maceió (IHH = 15,19%), Alagoana do Sertão do São Francisco (15,67%) e São Miguel dos Campos (17,72%).

As demais localidades⁴³ permaneceram na classificação de concentração elevada, apesar de terem seus índices de concentração (IHHs), reduzidos.

A justificativa para a microrregião de Maceió possuir o menor IHH do estado de Alagoas, o que significa dizer que esta atrai imigrantes de localidades mais diversas entre todas as microrregiões, repousa sobre a concentração de riqueza dessa localidade, que correspondeu, para o ano de 2010, a uma participação relativa na composição do PIB estadual na ordem de 56,29%⁴⁴. Maceió além de possuir o setor de comércio e serviços com a maior importância na composição do PIB dessa localidade detém parte significativa da estrutura industrial do estado, o que a caracteriza como uma das microrregiões mais atrativas a migração em Alagoas.

A microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, que foi a segunda localidade que obteve IHHs mais baixos, nos dois Censos. Possui basicamente indústria demarcada pelo setor têxtil e a presença de hidroelétricas. Culturas agrícolas representadas pelo milho, feijão, mandioca e algodão. E presença da pecuária com rebanhos bovinos, caprinos e ovinos. Na microrregião, há a presença de um significativo fluxo de comércio e de serviços, concentrado principalmente no município de Delmiro Gouveia. Possui também a presença de uma unidade

⁴² Vide valores do IHH dessas microrregiões na tabela (2).

⁴³ Os índices alcançados por essas microrregiões estão contidos na tabela (2).

⁴⁴ Com dados obtidos junto ao IPEA.

da Universidade Federal de Alagoas. Com essa estrutura econômica e institucional, torna-se evidente o entendimento do porquê dessa localidade ter se constituído como a segunda em diversificação de imigrantes nos anos em análise.

As explicações para a microrregião de São Miguel dos Campos ter obtido esse desempenho de desconcentração do IHH residem em razões econômicas. Esta localidade além de contar com uma indústria demarcada pela presença maciça do setor sucroalcooleiro possui a presença da Petrobrás, a fábrica de cimento Cimpor e a Cooperativa Pindorama (que atua no setor sucroalcooleiro, no segmento de produtos derivados do coco e de sucos de fruta). O comércio e Serviços são consideráveis. A agricultura passa pelas culturas do milho, feijão, coco-da-baía, entre outras. Estas características permitem que essa microrregião seja atrativa a migrantes de diversas localidades.

Deve-se observar o potencial de Batalha e Arapiraca como futuras microrregiões que podem ser inseridas no grupo das menos concentradas (concentração moderada) em relação à imigração. A primeira, no ano de 2010, atingiu IHH de 18,10%. Sua base econômica é voltada para a pecuária leiteira, com a indústria direcionada ao processamento de derivados do leite e da produção de ração animal. Arapiraca, por sua vez, no mesmo ano, obteve IHH de 21,82%. Como esta se configura como a segunda maior captadora de fluxos migratórios (com dados contidos na tabela 3), perfazendo cerca de 13,83% e 13,09% de participação na absorção no volume total de imigrantes em Alagoas, em 2000 e 2010, a microrregião tende a se tornar umas das promissoras a adquirir a característica de ter seu IHH menos concentrado, saindo da categoria de concentração elevada.

Sobretudo, cabe salientar que do ponto de vista da diversificação dos lugares de origem dos imigrantes, são as microrregiões de Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos que alcançaram os IHHs em escala menos concentrada que as demais microrregiões, no ano de 2010. O que significa dizer que estas recebem imigrantes de origens mais diversificadas que as outras localidades.

A participação dos imigrantes com destino a São Miguel dos Campos no total da imigração em Alagoas, presente na tabela (3), foi ampliada no período de 2000 a 2010, passando de 4,92%, para 6,76%, registrando o maior aumento entre as microrregiões, perfazendo 37,34%. Este resultado acaba corroborando para confirmar um maior peso da participação da localidade na imigração do estado aliada a uma maior desconcentração dos imigrantes.

Outras microrregiões que ganharam participação, nos anos de 2000 e 2010, foram: Mata Alagoana, Serrana dos Quilombos, Litoral Norte Alagoano, Serrana do Sertão Alagoano e Traipu. Estas passaram, no período, respectivamente, de 5,70% para 6,85%, 3,33% para 3,44%, 2,91% para 3,40%, 2,21% para 2,94% e 0,75% para 0,85%.

Maceió perde participação no período, com queda de 1,09%, entretanto continua concentrando a maior parte dos imigrantes com destino a Alagoas, com 41,49% e 41,04% de participação no total dos imigrantes, no mesmo período.

Tabela 3. Participação Percentual dos Imigrantes Segundo Microrregião, no Total de Imigrantes em Alagoas, para 2000 e 2010

Participação Percentual dos Imigrantes da Microrregião no Total de Imigrantes em Alagoas			
Microrregião/Ano	2000	2010	Variação (%)
Maceió	41,49	41,04	-1,09
Arapiraca	13,83	13,09	-5,31
Mata Alagoana	5,70	6,85	20,25
São Miguel dos Campos	4,92	6,76	37,34
Palmeira dos Índios	7,31	6,05	-17,27
Santana do Ipanema	6,42	5,49	-14,46
Alagoana do Sertão do São Francisco	4,94	4,59	-7,13
Serrana dos Quilombos	3,33	3,44	3,19
Penedo	3,95	3,41	-13,73
Litoral Norte Alagoano	2,91	3,40	16,96
Serrana do Sertão Alagoano	2,21	2,94	33,16
Batalha	2,25	2,14	-4,70
Traipu	0,75	0,85	12,85
Total	100,00	100,00	-

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaboração Própria.

As demais localidades que perderam participação foram: Arapiraca (passando de 13,83% para 13,09%), Palmeira dos Índios (7,31% para 6,05%), Santana do Ipanema (6,42% para 5,49%), Alagoana do Sertão do São Francisco (4,94% para 4,59%), Penedo (3,95% para 3,41%) e Batalha (2,25% para 2,14%).

Com respeito às microrregiões de Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Penedo, estas tiveram perdas tanto absolutas (presentes na tabela 4) quanto relativas. Localidades como Arapiraca, Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e Batalha, apesar de terem obtido perdas relativas, em dados absolutos, conseguiram ampliar seus volumes de imigrantes. De 2000 a 2010, Arapiraca ganhou 626 imigrantes; Maceió variou seu volume de

imigrantes em 3064; a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco absorveu 170 imigrantes a mais; e a de Batalha, 113.

Entre as localidades que conseguiram obter tanto aumento de participação relativa sobre o total de imigrantes do estado, quanto crescimento do volume absoluto de imigrantes, podem-se citar: Mata Alagoana, que conseguiu obter 1214 de variação, no período de 2000 a 2010; São Miguel dos campos, 1596; Traipu, 124; A Serrana dos Quilombos, que por sua vez, alcançou 2242 imigrantes em 2010, com aumento absoluto de 339 pessoas em relação ao Censo anterior; Litoral Norte Alagoano, que registrou variação de 557 sobre o total de imigrantes; e Serrana do Sertão Alagoano, que evidenciou em 2010, 1917 imigrantes, com aumento de 656 indivíduos, de 2000 para o final do período⁴⁵.

Tabela 4. Volume Total de Imigrantes Segundo as Microrregiões de Alagoas, 2000 e 2010

Volume Total dos Imigrantes de Cada Microrregião			
Microrregião/Ano	2000	2010	Variação
Maceió	23705	26769	3064
Arapiraca	7899	8525	626
Mata Alagoana	3256	4470	1214
São Miguel dos Campos	2810	4406	1596
Palmeira dos Índios	4177	3945	-232
Santana do Ipanema	3667	3568	-99
Alagoana do Sertão do São Francisco	2822	2992	170
Serrana dos Quilombos	1903	2242	339
Penedo	2256	2222	-34
Litoral Norte Alagoano	1661	2218	557
Serrana do Sertão Alagoano	1261	1917	656
Batalha	1283	1396	113
Traipu	430	554	124
Total	57130	65224	-

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Os aspectos tratados nessa seção corroboram para evidenciar que a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco ganhou volumes absolutos de imigrantes, e perdeu participação relativa no total de imigrantes do estado, mas apesar disso, conseguiu receber imigrantes de diversas origens. Do mesmo modo aconteceu com Maceió, que teve sua participação relativa diminuída e seus totais absolutos ampliados. O caminho percorrido pela

⁴⁵ Veja-se a tabela (4).

localidade de São Miguel dos Campos foi diferente no que tange a participação relativa na imigração do estado, esta obteve tanto participação relativa quanto absoluta aumentada, e IHH reduzido. Dessa forma, os dados discutidos aqui fornecem indícios de um caráter orbícola para as microrregiões de Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos.

4.4 Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas

O movimento pendular (*commuting*), ou migração pendular, consiste na modalidade de deslocamento populacional, a partir de conotações socioespaciais, que tem como característica a mobilidade entre o local de residência e o local onde se efetua o desenvolvimento de atividades, seja trabalho ou estudo (JARDIM, 2007 *apud*, MOREIRA et al, 2013).

Na década de 1960, as contribuições de James & Vance (1960, *apud* FARIAS, 2012) se apoiaram em elementos econômicos para explicar os deslocamentos pendulares. Eles, sustentando-se na Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, introduziram os conceitos de *employment field* (campo de emprego) e de *labor-shed* (abrigo de mão de obra), o que colaborou para justificar a existência de cidades dormitório (OJIMA, PEREIRA e SILVA, 2008) e de polos de concentração econômica e populacional.

No Brasil, o conceito de movimento pendular foi incorporado no Censo de 1970 (IBGE), buscando verificar o total dos deslocamentos diários das pessoas do município de domicílio para outras cidades, que podiam ser locais de trabalho ou estudo (FARIAS, 2012).

Para as microrregiões alagoanas, conforme tabela⁴⁶ (5), os movimentos pendulares em relação ao total da população das microrregiões, indicam que, para o ano 2000, Mata Alagoana (com taxa percentual de migração pendular igual a 2,68%), Penedo (2,54%), São Miguel dos Campos (2,36%) e Maceió (2,10%), localizados na mesorregião Leste, destacam-se como microrregiões com a característica de possuir importantes fluxos pendulares, principalmente em função dessas localidades estarem próximas do município Maceió, que por concentrar desde Universidades a volume de empregos, este acaba absorvendo significativos contingentes de pessoas enquadradas nessa categoria, inclusive, fluxos advindos da própria microrregião de Maceió.

⁴⁶ Os dados de migração pendular, por microrregião, referem-se ao somatório dos movimentos pendulares dos municípios da microrregião.

Na mesorregião Agreste, no ano de 2000, as microrregiões circunvizinhas registraram taxas maiores que Arapiraca (1,81%). Este resultado reflete o fato de Traipu (2,37%) e Palmeira dos Índios (2,15%) remeterem população em movimentos pendulares para a microrregião de Arapiraca. Principalmente Traipu, que por ser uma localidade economicamente atrasada, auferiu taxa de movimento pendular superior a de Palmeira dos Índios.

Tabela 5. Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas, Volume Total, Categorias, e Taxa Percentual com Relação ao Total da População (2000)

Movimentos Pendulares (2000)					
Microrregião	Taxa (%)	Total	Trabalhavam ou estudavam em outro município da Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em País estrangeiro
Serrana do Sertão Alagoano - AL	1,26	1 137	670	467	-
Alagoana do Sertão do São Francisco - AL	2,66	1 866	516	1 350	-
Santana do Ipanema - AL	1,48	2 453	1 814	639	-
Batalha - AL	1,25	1 100	1 012	88	-
Palmeira dos Índios - AL	2,15	3 799	3 126	673	-
Arapiraca - AL	1,81	6 712	5 852	860	-
Traipu - AL	2,37	845	566	279	-
Serrana dos Quilombos - AL	1,47	2 116	1 747	369	-
Mata Alagoana - AL	2,68	7 619	5 618	1 990	11
Litoral Norte Alagoano - AL	1,57	922	760	162	-
Maceió - AL	2,10	20 507	18 528	1 932	47
São Miguel dos Campos - AL	2,36	5 917	5 261	656	-
Penedo - AL	2,54	2 987	1 626	1 361	-

Fonte: IBGE, Censo 2000.

No caso das microrregiões que fazem parte da mesorregião do Sertão, a taxa de migração pendular atingiu 2,66% para a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, enquanto Batalha, Serrana do Sertão Alagoano e Santana do Ipanema, auferiram taxas menores, respectivamente, 1,25%, 1,26% e 1,48%. A explicação para o desempenho da Alagoana do Sertão do São Francisco ter obtido taxa superior às demais, reside no volume de pessoas que trabalhavam ou estudavam em municípios pertencentes à outra unidade da

Federação⁴⁷, que residiam na microrregião, que totalizou 1350 pessoas⁴⁸ (correspondendo a 72,35% do total da migração pendular) no ano 2000.

Com relação ao total de movimentos pendulares, no ano 2000, as microrregiões de destaque foram: Maceió (com um volume de 20507 pessoas), Mata Alagoana (7619), Arapiraca (6712) e São Miguel dos Campos (5917). As demais localidades exibiram totais de movimentos pendulares abaixo de 3000 pessoas, excluindo-se Palmeira dos Índios que alcançou 3799.

No que tange a questão da migração pendular ocorrer em município da própria unidade da federação ou em outro estado, os dados demonstram que em todas as microrregiões, a categoria dos que estudavam ou trabalhavam em outro município de Alagoas foi superior ao volume dos que executavam atividades fora do estado, exceto para a Alagoana do Sertão do São Francisco que perfilou na direção contrária.

Para o ano⁴⁹ de 2010, conforme tabela (6), para a migração pendular dos que trabalham⁵⁰ fora do município de residência da microrregião, observou-se que, em valores absolutos, as microrregiões de Maceió (com 37127 pessoas que correspondem a este fluxo), Mata Alagoana (com 13994) e São Miguel dos Campos (com 9789) se destacam entre as localidades da mesorregião Leste. Por sua vez, Arapiraca (com 12235), cumpre este papel na mesorregião do Agreste. Na mesorregião do Sertão, Santana do Ipanema (4730) e Alagoana do Sertão do São Francisco (3736) alcançaram volumes mais expressivos que os das demais microrregiões.

Em se tratando da taxa percentual de migração pendular do trabalho, em relação ao total da população, para 2010, contido na tabela (6), pode-se salientar que os resultados apontam para a microrregião Alagoana do sertão do São Francisco (com 4,69%), Mata

⁴⁷ Este fato não significa dizer que a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco não possua a aptidão para atrair imigrantes, mas sim que esta localidade possui expressiva taxa de movimento pendular entre as microrregiões da mesorregião Sertão, derivada principalmente de deslocamentos para municípios de outros estados. Todavia, isto não exclui a evidência de que esta microrregião detém a característica de atrair imigrantes de diversos lugares, apresentando um caráter cosmopolita. Tanto o deslocamento pendular proveniente de trajetos para municípios de outros estados como o IHH encontrado na seção anterior, reafirmam a evidência da presença de expressivos movimentos migratórios. O que pode ser derivado da localização fronteiriça da microrregião, como também é produto da consolidação da estrutura econômica e institucional do lugar em questão.

⁴⁸ Dado contido na tabela (5).

⁴⁹ No Censo de 2010, a migração pendular com as categorias de trabalho e estudo por lugar de exercício da atividade foi desmembrada, passando a tratar desses dois aspectos separadamente, o que torna imprecisa, por usar diferentes metodologias, a comparação entre os Censos de 2000 e 2010.

⁵⁰ As pessoas que se deslocam para o trabalho (levando em conta as pessoas com mais de 10 anos), subdividem-se na categoria das que executam atividade principal em outro município, em outro país, ou em mais de um país ou município.

Alagoana (4,64%), Litoral Norte Alagoano (3,68%), São Miguel dos Campos (3,44%), Maceió (3,25%) e Batalha (3,24%), como importantes zonas de movimentos pendulares para o trabalho.

Tabela 6. Movimentos Pendulares Segundo as Microrregiões de Alagoas, com o Total de Pessoas que se Deslocam para o Trabalho e Estudo, e Taxa Percentual em Relação à População, 2010

Migração Pendular para 2010				
Microrregião	Trabalho	Taxa (%)	Estudo	Taxa (%)
Serrana do Sertão Alagoano - AL	2.025	2,26	2.107	2,35
Alagoana do Sertão do São Francisco - AL	3.736	4,69	1.887	2,37
Santana do Ipanema - AL	4.730	2,76	5.765	3,37
Batalha - AL	2.987	3,24	3.234	3,50
Palmeira dos Índios - AL	5237	2,99	4.932	2,82
Arapiraca - AL	12.235	2,98	8.369	2,04
Traipu - AL	588	1,57	1.659	4,44
Serrana dos Quilombos - AL	3.505	2,39	3.694	2,52
Mata Alagoana - AL	13.994	4,64	7.635	2,53
Litoral Norte Alagoano - AL	2.462	3,68	2.400	3,59
Maceió - AL	37.127	3,25	13.246	1,16
São Miguel dos Campos - AL	9.789	3,44	7.483	2,63
Penedo - AL	2.714	2,18	3.863	3,10

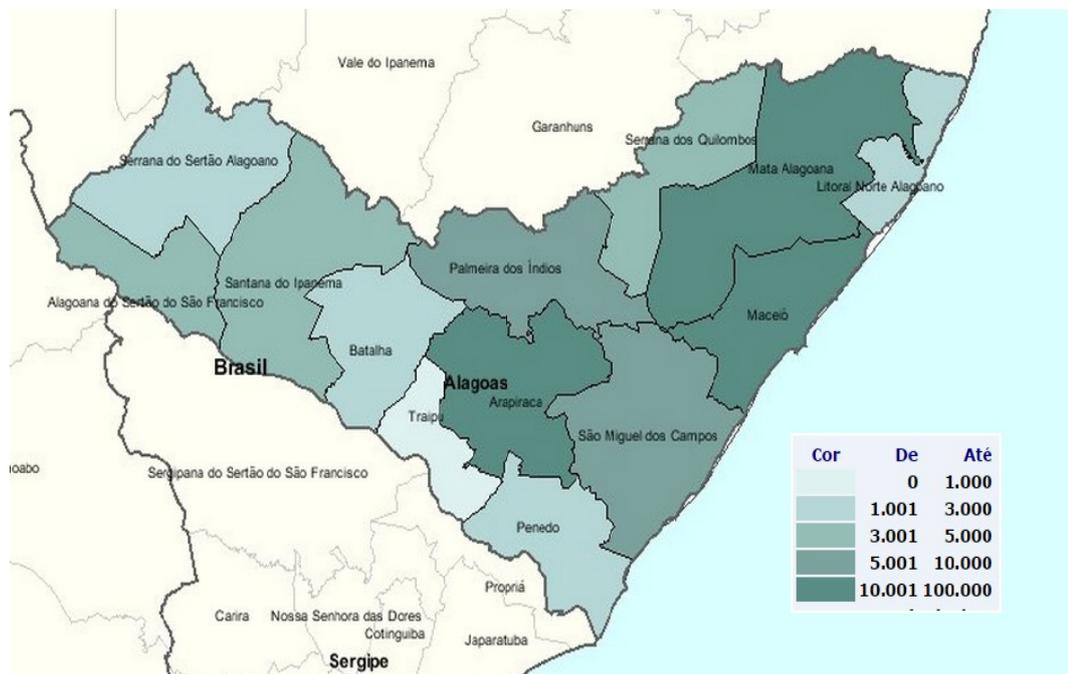
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Os dados para as migrações pendulares de 2010 reafirmam as conclusões tiradas a partir da análise de 2000, em que a microrregião de Maceió possui papel fundamental como zona atrativa de movimentos pendulares entre as localidades circunvizinhas. Do mesmo modo, Arapiraca faz esta função entre as microrregiões do Agreste. Tanto Maceió, quanto Arapiraca possuem volumes de movimentos pendulares superiores as microrregiões em suas proximidades, apresentam também, em 2010, taxas em relação a suas populações menores que as localidades adjacentes (microrregiões) de suas respectivas mesorregiões, com exceção de Traipu e Penedo, que auferiram taxas de movimento pendular para o trabalho inferior àquelas localidades. Em 2000, as taxas de Maceió também são menores que as verificadas nas microrregiões adjacentes de sua mesorregião, com exceção do Litoral Norte Alagoano. No

Sertão, tem-se a localidade de Santana do Ipanema e a Alagoana do Sertão do São Francisco com volumes expressivos de migração pendular, mas com taxas elevadas.

Estas constatações se tornam mais perceptíveis quando se observa a figura (7), que toma os dados dos volumes de movimentos pendulares para trabalho, das microrregiões, para demonstrar as localidades que obtiveram maiores fluxos de deslocamentos deste tipo.

Figura 7. Volume de Deslocamentos Pendulares para Trabalho, por Microrregiões de Alagoas, 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Para os movimentos pendulares associados ao lugar de estudo⁵¹, presentes na tabela (6), as localidades de maior relevância, no que tange aos volumes, são: Maceió, Arapiraca, Mata Alagoana e São Miguel dos Campos, que obtiveram volumes superiores a 7000 pessoas. Em se tratando das participações dos deslocamentos pendulares sobre o total da população da respectiva microrregião, chama-se a atenção para Traipu, que alcançou taxa de 4,44%. Pelo fato desta localidade ser uma das menos desenvolvidas do estado e possuir estrutura de ensino insuficiente para atender a demanda, este quadro é indicativo de que ela remete estudantes para outras localidades, inclusive Arapiraca (devido ao fator proximidade).

⁵¹ A migração pendular para estudo abarca as pessoas que exercem atividades em outros municípios e em outros países.

Litoral Norte Alagoano (com taxa de movimento pendular relacionado ao estudo, de 3,59%), Batalha (3,50%), Santana do Ipanema (3,37%) e Penedo (3,10%), consistem em outras microrregiões notáveis neste quesito. A primeira, por estar localizada próximo de Maceió, consegue utilizar a estrutura institucional de ensino desta microrregião. Batalha, nesse contexto, situa-se entre Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Traipu. Excluindo esta última, têm-se três zonas com estruturas institucionais de ensino relativamente maiores que as da própria localidade, o que conduz indivíduos para estas microrregiões. A microrregião de Santana do Ipanema alcançou esta taxa, por centralizar no município de Santana do Ipanema substancial estrutura de ensino, inclusive com a presença da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o que atrai pessoas dos municípios da própria microrregião para este município. O município de Penedo também possui *campus* da UFAL, com os cursos de Turismo e Engenharia de Pesca, configurando-se como alternativa de destino na microrregião. As demais localidades obtiveram taxas inferiores a 3%.

5 ENTENDENDO A IMIGRAÇÃO NO ESTADO – APLICAÇÃO DE MODELO

Neste capítulo, procuram-se explicações para a ocorrência dos movimentos migratórios para o estado de Alagoas. Para isso, utiliza-se a aplicação de modelo econométrico Probit, tomando os 102 municípios alagoanos, buscando mensurar os efeitos marginais de variáveis explicativas vinculadas à educação, a densidade populacional, ao emprego, renda, aspectos regionais e da organização institucional da saúde, para o ano de 2010.

5.1 Análise Preliminar dos Dados

Apesar da tabela (7) ser intuitiva, cabe aqui destacar as diferentes características dos dados concernentes aos municípios alagoanos, no que tange a aspectos econômicos, populacionais e institucionais, referentes às variáveis contidas no modelo, que trazem a baila, características do subdesenvolvimento do estado, ainda mais evidenciado quando se observa as disparidades entre unidades territoriais desagregadas como mesorregião, microrregião e município, derivados de um contexto histórico que passa pela cultura da produção da cana-de-açúcar (FURTADO, 2008), sendo uma atividade concentradora de renda e terra desde os primórdios do Brasil até aos dias atuais, que demarcou os contornos do subdesenvolvimento em Alagoas.

Os aspectos econômicos, institucionais e populacionais, estão expressos a partir de um conjunto de variáveis⁵² que para o presente estudo, são: *Imigtx*; *lnPIBpindaoquad*; *lnPIBpservaoquad*, *lnPPEAaoquad*, *lnDens*, *Consade*, *Agreste*, *lnEscaoquad* e *invest*. Assim, a análise contida na tabela (7) traz algumas medidas estatísticas da população, como: média, desvio-padrão, valor mínimo e máximo, número de observações (que totaliza 102) e Coeficiente de Variação.

Entre as variáveis que apresentaram maior dispersão, presente na tabela (7), está à variável Investimento Municipal com Despesa de Capital, que alcançou Coeficiente de Variação (C. V.) de 252,99%; a densidade populacional por município, com desvio padrão de 189,18, apresentando coeficiente de variação igual a 181,10%; e a variável *lnPIBpindaoquad* que alcançou C. V. de 131,97%. Com menor variabilidade apareceu à proporção de pessoas

⁵² As variáveis nesta seção não estão logaritmizadas, e também não estão elevadas ao quadrado, como é o caso de algumas, que antes de serem logaritmizadas haviam sido elevadas ao quadrado para um melhor ajuste do modelo.

com nível médio e superior incompleto - lnEscaoquad, com desvio padrão de 6,35, e C. V. de 66,64%; lnPIBpservaoquad que registrou C. V. de 26,11%; e por fim, lnPPEAaoquad, com 5,08 de desvio padrão, obteve um coeficiente de variação de 13,87%.

Tabela 7. Estatísticas Descritivas para as Variáveis do Modelo, 2010

Variável	Obs.	Média	D. P.	Mín.	Máx.	C. V.
Atratividade do Município Relacionada à Imigração (Variável Dependente) - ImigtX	102	0,26	0,44	0,00	1,00	
Proporção da População Economicamente Ativa por Município - lnPPEAaoquad	102	36,63	5,08	22,42	48,25	13,87
PIB <i>per capita</i> Municipal da Indústria - lnPIBpindaoquad	102	35,84	47,30	11,58	380,87	131,97
PIB <i>per capita</i> Municipal de Serviços - lnPIBpservaoquad	102	141,90	37,05	105,54	386,72	26,11
Densidade Populacional por Município - lnDens	102	104,46	189,18	21,04	1854,12	181,10
Presença de Conselho de Saúde que possua alguma Comissão, com cadastro no SIACS (Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde) - Consade	102	0,23	0,42	0,00	1,00	
Município Pertence a Mesorregião Agreste - Agreste	102	0,24	0,43	0,00	1,00	
Porporção de Pessoas com Nível Médio e Superior Incompleto, maiores de 10 anos, por Município - lnEscaoquad	102	9,53	6,35	1,40	50,40	66,64
Investimento Municipal com Despesas de Capital - Invest	102	2563672,00	6486029,00	0,00	57700000,00	253,00

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE, SIACS e IPEA.

A explicação para que as variáveis, Investimento Municipal com Despesa de Capital⁵³, Densidade Populacional, e PIB *per capita* Municipal da Indústria possuem maior variabilidade, entre as demais do modelo, reside no fato dos municípios alagoanos apresentarem diferenças no que tange aos aspectos de extensão territorial, demográficos e econômicos, fazendo parte não apenas de um contexto específico, mas geral como é o caso do

⁵³ Por não ter sido significativa ao nível de 5% no modelo tratado nesse trabalho, optou-se por não inserir a variável Investimento dos Municípios com Despesas de Capital, assim como a variável Densidade Populacional.

Brasil (PEREIRA, 2011). Devido à capacidade de retenção de população de alguns municípios, como é o caso de Maceió, Arapiraca, São Miguel dos Campos, Penedo, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, entre outros municípios que exercem influência em suas microrregiões, a densidade populacional acaba exibindo uma variabilidade considerável em seus dados.

A presença de disparidades entre municípios localizados na mesorregião Leste, Agreste e Sertão, relacionadas às características econômicas, favorecem a expansão das discrepâncias vinculadas ao investimento dos municípios.

Esta constatação se torna mais evidente quando se observa os valores mínimos e máximos da população para estas variáveis. A densidade populacional atinge 21,04 habitantes por quilômetro quadrado em seu ponto mínimo, e 1854,12 em seu máximo. Para a variável Investimento Municipal em Capital, seus valores alcançaram 0 e 5,77e⁷. Para lnPIBpindaoquad, seu ponto mínimo e máximo atingiu, respectivamente, R\$ 11,58 mil e R\$ 380,87 mil.

A PPEA, por sua vez, registrou 22,41% e 48,25%, em seu ponto mínimo e máximo, respectivamente. A proporção de pessoas com nível médio e superior incompleto apresentou que o município com menor percentual de pessoas com essas características educacionais obteve 1,4%, ao passo que o município de maior percentual de pessoas com esses níveis educacionais alcançou⁵⁴ 50,4%.

A variável PIB *per capita* municipal de serviços (lnPIBpservaoquad) obteve média de R\$ 141,90 mil, desvio padrão de 37,05, ponto mínimo de R\$ 105,54 mil e máximo de R\$ 386,72 mil.

A variável presença de conselho de saúde com cadastro no SIACS e com presença de comissão é uma *dummy*, da mesma forma que município pertence à mesorregião Agreste. Por isso, elas exibem ponto de mínimo igual a 0, e máximo igual a 1. A média da primeira corresponde a 0,23, ao passo que a da segunda é 0,24, o que representa que cerca de 23% dos municípios alagoanos possuem conselho de saúde com aquelas características citadas, do mesmo modo, pode-se afirmar que 24% dos municípios pertencem a mesorregião Agreste.

Por fim, cabe explicar as estatísticas descritivas da variável dependente (Imigtx) que são utilizadas. Esta variável apresenta uma média igual a 0,26, demonstrando que 26% dos municípios alagoanos podem ser considerados atrativos a migração. O desvio padrão alcança

⁵⁴ Para visualizar os demais dados, veja-se tabela (7).

para a variável dependente o valor de 0,44. Como esta é uma *dummy*, seu ponto mínimo é 0, e seu máximo corresponde a 1.

5.2 Resultados e Discussões

Nesta seção, trabalha-se um modelo onde a variável dependente corresponde à atratividade do município a imigração, sendo definida em função da taxa de imigração⁵⁵ média, como ponto de corte para estipular o valor da *dummy*, no caso 0 quando o município “i” possuir taxa de imigração inferior a taxa média, e 1 quando for superior.

No modelo abordado, nota-se que a significância conjunta dos coeficientes permite rejeitar a hipótese que estes sejam iguais à zero, ao nível de 5% de significância. Pois na tabela (8), a razão de verossimilhança obteve valor de 13,39, e o valor p para a estatística Qui-quadrado foi de 0,0373, o que conduz a conclusão de que os coeficientes testados conjuntamente ao nível de 5% de significância são significativos. O Pseudo R² atingiu 0,0964, não conferindo considerável poder de explicação das variáveis independentes. Todavia, como referido em (OLIVEIRA, 1998), o Pseudo R² não possui explicação intuitiva imediata, o que representa que a análise feita a partir dele deva ser tratada com cautela, pois diferentemente do R², um valor igual a 1 para o Pseudo R², seria resultado indicativo de que o modelo estaria com indícios de má especificação, do que um perfeito ajustamento.

Tabela 8. Ajustamento Geral do Modelo

Number of obs.	102
LR chi2(6)	13,39
Prob > chi2	0,0373
Pseudo R2	0,0964

Fonte: Gerado a partir do *Software Stata*.

Os resultados contidos na tabela (9), que corresponde ao modelo **Probit** com as variáveis logaritmizadas, revelam que os sinais obtidos para as variáveis explicativas, significativas ao nível de 5%, são condizentes com os sinais esperados, sendo positivos, seguindo a conformidade com teoria neoclássica da migração internacional, que vai defender que à medida que um local concentra capital, este tenderá a conseguir ser atrativo a migração, pois oferecerá melhores salários e benefícios, repercutindo em níveis de emprego e renda

⁵⁵ Estabelecida como a razão entre a imigração no município e sua respectiva população.

elevados em comparação com outras regiões. Para o presente modelo, as variáveis que apresentaram coeficientes significativos, testadas isoladamente, foram $\ln\text{PPEAaoquad}$ e $\ln\text{PIBpservaoquad}$.

Tabela 9. Resultados do Modelo e Efeitos Marginais

Imigtx	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]		dy/dx
$\ln\text{EScaoquad}$	-0,1266	0,1525	-0,8300	0,4070	-0,4256	0,1724	-0,0494*
$\ln\text{PPEAaoquad}$	1,0623	0,5403	1,9700	0,0490	0,0033	2,1214	0,4147
Agreste	-0,3667	0,3344	-1,1000	0,2730	-1,0221	0,2886	-0,1389*
Consade	0,1893	0,3323	0,5700	0,5690	-0,4621	0,8406	0,0745*
$\ln\text{PIBpservaoquad}$	1,2018	0,5704	2,1100	0,0350	0,0838	2,3198	0,4691
$\ln\text{PIBpindaoquad}$	-0,2025	0,1263	-1,6000	0,1090	-0,4500	0,0450	-0,0790*
_cons	-17,8139	5,6586	-3,1500	0,0020	-28,9046	-6,7233	

Fonte: Gerado a partir do *Software Stata*. *Não significativo ao nível de 5%.

Como se observa em Oliveira (1998, p. 19):

[...] não é imediata a interpretação das estimativas dos coeficientes dos modelos probit e logit. Nestes, a única informação óbvia que se deriva das estimativas é a do sinal, positivo ou negativo, da influência marginal do regressor em causa sobre a probabilidade de verificação do acontecimento. É usual, por isso, que, a par dessas estimativas, seja fornecida informação sobre a grandeza dessa influência; e, uma vez que ela é variável de observação para observação e, também, com os valores das variáveis explicativas, a prática corrente é a de calcular estimativas desses efeitos referidas às médias amostrais dos regressores.

Portanto, para modelos probit ou logit, a estimativa dos coeficientes não pode ser interpretada diretamente. Todavia, importa o sinal obtido das variáveis, dando suporte ao sentido das influências das variáveis independentes no modelo. Desse modo, para se ter informação sobre a grandeza da influência dos coeficientes, a prática corrente consiste em observar os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a variável dependente.

Analisando os efeitos marginais para o modelo, observou-se que a probabilidade do município ser atrativo no ponto médio da amostra foi de 41,73%.

Na última coluna da tabela (9), estão expressos os efeitos marginais das variáveis independentes sobre o regressando. Para a variável $\ln\text{PPEAaoquad}$, seu efeito marginal de 0,4147, significa que uma variação de 1% desta causará um aumento de 41,47% na atratividade do município a migração. Em se tratando da variável $\ln\text{PIBpservaoquad}$, isto representa que quando esta obtém aumento de 1%, a variável explicada auferirá um ganho de 46,91%.

Em relação à qualidade do ajustamento do modelo, o teste realizado no *software* Stata, presente na tabela (10), confirma que o modelo está 59,80% corretamente classificado. O teste de ajustamento do modelo de Hosmer-Lemeshow atribuiu valor de Pearson $\chi^2 = 101,53$ e valor $p = 0,3046$, indicando que a hipótese nula de que o modelo está ajustado ao nível de 5% de significância, não deve ser rejeitada.

Tabela 10. Qualidade do Ajustamento do Modelo

Sensitivity	Pr(+ D)	39.53%
Specificity	Pr(~D)	74.58%
Positive predictive value	Pr(D +)	53.13%
Negative predictive value	Pr(~D -)	62.86%
False + rate for true ~D	Pr(+~D)	25.42%
False - rate for true D	Pr(- D)	60.47%
False + rate for classified +	Pr(~D +)	46.88%
False - rate for classified -	Pr(D -)	37.14%
Correctly classified		59.80%

Fonte: Gerado a partir do *Software* Stata, com o comando estat class.

Os resultados do modelo remetem a conclusão de que são questões pertinentes às características de oportunidades de emprego, taxa de ocupação, renda gerada no setor de serviços, e no presente modelo mais especificamente, a proporção das pessoas economicamente ativas e o PIB *per capita* do setor de Serviços que, principalmente, explicarão a atratividade do município à imigração, para o estado de Alagoas. Esta evidência encontra suporte na teoria macro neoclássica, nos moldes de Lewis (1954), onde o mercado de trabalho seria o principal fator determinante dos fluxos migratórios. Dentro desta perspectiva, a abundância de capital numa localidade promoveria níveis de renda elevados, o que conduz a obtenção de melhores indicadores de PIB *per capita*. Como no presente estudo se optou por utilizar o PIB *per capita* do setor industrial e de serviços, devido ao fato do setor de serviços deter maior participação relativa na economia alagoana (SILVA, 2008), os resultados desta pesquisa apontam para a evidência da importância deste setor, como fonte geradora de riqueza para o estado, configurando-se como uma adequada fonte de explicação para a atratividade migratória.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do comportamento dos fluxos migratórios para o estado de Alagoas revelam padrões idiossincrásicos de relações com as grandes regiões ou estados. Para os anos de 2000 e 2010, percebe-se que a emigração de Alagoas se deu principalmente em direção ao Sudeste e ao Nordeste. Entre os estados que receberam maiores remessas de indivíduos alagoanos, no ano de 2000, podem-se citar: São Paulo, Pernambuco e Sergipe. Para o ano de 2010 ganham importância os estados da Bahia e Minas Gerais, além de ocorrer à manutenção dos fluxos com aqueles estados.

No mesmo período, observa-se que a imigração em Alagoas adveio predominantemente da região Nordeste e em segundo plano da região Sudeste. Os estados que remeteram maiores contingentes populacionais para Alagoas foram: São Paulo, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro.

Os saldos migratórios de Alagoas com os demais estados da federação foram majoritariamente negativos. Em 2000, apenas os estados do Amapá e Rio Grande do Sul tiveram perdas nas relações de trocas migratórias com Alagoas, que representou a obtenção de saldos positivos com esses estados. No tocante aos demais, os saldos foram negativos. Em 2010, Alagoas somente obteve saldos positivos com os estados do Acre, Amazonas, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Ocorreu também no período destacado, a ampliação dos saldos negativos de Alagoas com os estados da federação em um contexto geral, passando de -71982 para -76716. Cabe ainda destacar que as perdas mais significativas ocorreram com o estado de São Paulo, que respondeu por 60,43% e 42,37%, em 2000 e em 2010, sobre o total dos saldos negativos de Alagoas.

O índice de eficácia migratória revelou que o estado se agravou como área de média evasão migratória, pois o mesmo atingiu -0,39 em 2000, passando para -0,42 em 2010. Este resultado aponta para a conclusão de que Alagoas se configura no cenário nacional, como zona que não consegue reter mão de obra, ampliando ainda mais tal característica nos Censos analisados.

Em se tratando de características vinculadas a idade dos imigrantes em Alagoas, no período estudado, destaca-se o aumento de participação dos grupos de imigrantes com 25 anos ou mais, com exceção da faixa de 50 a 54 anos, o que indica que a idade dos imigrantes vem se elevando, o que é reflexo da ocorrência da migração de retorno evidenciada nas

últimas décadas. No que tange ao sexo dos imigrantes, auferiu-se que a participação de mulheres no total foi ampliada frente aos homens, totalizando 53% em 2010.

Passando para a análise do comportamento da imigração entre as microrregiões, pode-se salientar a partir dos *rankings* desenvolvidos, para os anos de 2000 e 2010, que toma as taxas de imigração das treze microrregiões do estado, que as três mais bem colocadas microrregiões foram: Alagoana do Sertão do São Francisco, Litoral Norte Alagoano e Maceió. Estas receberam consideráveis fluxos migratórios por terem bases econômicas sólidas e por serem regiões em que estão surgindo novas oportunidades de investimentos.

Na microrregião de Maceió, foram os municípios ao seu entorno que puxaram as taxas para cima. No Litoral Norte Alagoano vem ocorrendo investimentos imobiliários oriundos tanto de Pernambuco como de Alagoas, o que tendeu a levar consigo imigrantes para a região. O comportamento migratório na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, por sua vez, deveu-se, pelo lado econômico, principalmente ao município de Delmiro Gouveia, que possui uma indústria marcada pela Fábrica da Pedra, contando com a presença de hidroelétricas, por ser um município com um significativo comércio, e ser um polo econômico da localidade.

Apesar de a microrregião de Arapiraca não ter se situado entre as três mais bem classificadas microrregiões, a taxa de imigração para o município de Arapiraca tomado isoladamente foi de 6,50% em 2010, acima da taxa de 2,07% da microrregião. Isto reflete o não acompanhamento das taxas de imigração de alguns municípios da microrregião às taxas verificadas na cidade de Arapiraca, o que fez com que a microrregião de Arapiraca não conseguisse auferir taxas que proporcionassem uma elevada classificação nos *rankings*.

Assim como o verificado para o estado, em relação à origem da imigração para as microrregiões de Alagoas segundo as grandes regiões, observam-se que os imigrantes provêm, em maiores fluxos, das regiões Nordeste e Sudeste no período estudado, com exceção da microrregião da Mata Alagoana e do Litoral Norte Alagoano, que no ano de 2010, passa a ter a categoria Brasil sem Especificação com maior participação que a região Sudeste sobre o total de imigrantes nas microrregiões de Alagoas.

Devido a esta concentração de imigrantes advindos dessas duas grandes regiões, observam-se IHHs em padrões elevados para as microrregiões do estado, o que indica que a origem dos imigrantes dessas localidades possui a característica de ser concentrada, tanto que em 2000, todas as microrregiões estavam enquadradas na categoria de concentração elevada.

Em 2010, o paradigma de elevada concentração para a maioria das microrregiões permanece. Todavia, no mesmo ano, as microrregiões **Alagoana do Sertão do São Francisco, Maceió e São Miguel dos Campos** passam a fazer parte da categoria de moderada concentração, pois estas conseguiram auferir IHHs entre 10% e 18%. Dessa forma, como estas localidades vinham apresentando IHHs mais baixos que as demais desde 2000, conseguindo se encaixarem nessa nova categoria em 2010, apreende-se que estas microrregiões possuem um caráter orbícola, ou seja, que elas têm a característica de atraírem imigrantes de lugares mais diversos que as demais microrregiões do estado conseguem.

Portanto, entende-se que estas localidades possuem a aptidão necessária, através de suas bases econômicas consolidadas, para serem polos atrativos a imigração em Alagoas. Todavia, cabe salientar o potencial de microrregiões como Batalha e Arapiraca, para se inserirem nessa categoria de concentração moderada nos próximos anos.

A participação das microrregiões no total de imigrantes em Alagoas revela que Maceió e Arapiraca responderam por 41,49% e 13,83%, respectivamente, em 2000, sobre o total de imigrantes do estado, somando juntos 55,32% de participação total. Em 2010, a participação de Maceió declina para 41,04% e de Arapiraca para 13,09%. Estes resultados confirmam o polo Maceió como o mais importante polo estabelecido, seja no aspecto de diversidade dos imigrantes seja como detentor de maior parcela dos imigrantes. Também confirmam Arapiraca como importante polo que retém participação de imigrantes, apontando este como polo potencial de diversificação relacionada à origem dos imigrantes.

A análise dos dados para as migrações pendulares, de 2000 a 2010, evidencia que a microrregião de Maceió desempenha papel fundamental como zona atrativa de movimentos pendulares entre as localidades adjacentes de sua respectiva mesorregião. Arapiraca, por sua vez, exerce esta função entre as microrregiões do Agreste. Ocorre que tanto Maceió quanto Arapiraca possuem valores absolutos de movimentos pendulares superiores as microrregiões adjacentes, em se tratando de suas respectivas mesorregiões, por outro lado, elas detêm taxas de movimento pendular em relação a suas populações menores, com exceção de Traipu no Agreste e de Penedo no Leste, para o ano de 2010, em relação aos deslocamentos pendulares para o trabalho. Em 2000, a microrregião Litoral Norte também se constitui uma exceção, pois esta obtém taxa inferior a Maceió. A localidade de Santana do Ipanema e a Alagoana do Sertão do São Francisco detêm volumes expressivos de migração pendular, constituindo-se importantes zonas de fluxos pendulares de sua mesorregião, porém, ao contrário do que acontece com Maceió e Arapiraca, elas apresentam taxas mais elevadas que as microrregiões

adjacentes, com exceção de Batalha que, em 2010, apresentou taxa de movimento pendular para o trabalho superior a Santana do Ipanema, e taxa de movimento pendular para o estudo maior do que a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Outras microrregiões de destaque em termos de migração pendular foram Mata Alagoana e São Miguel dos Campos, que obtiveram taxas e volumes absolutos expressivos no período estudado.

Conforme o modelo econométrico, constata-se que as variáveis estatisticamente significativas ao nível de 5% foram: $\ln\text{PPEAaoquad}$ e $\ln\text{PIBpservaoquad}$. Quanto aos sinais obtidos, realça-se que eles foram de acordo com os esperados, sendo positivos para estas variáveis. Em relação ao ajustamento geral do modelo, comprovou-se que os coeficientes testados ao nível 5% de significância tiveram a hipótese nula rejeitada, ou seja, os coeficientes não foram conjuntamente estatisticamente iguais à zero.

Apreende-se que, no modelo, o mercado de trabalho e o setor de Serviços na economia alagoana (representados pelas variáveis $\ln\text{PPEAaoquad}$ e $\ln\text{PIBpservaoquad}$, respectivamente) possuem relevância para elucidar a dinâmica migratória estadual. Considerando os efeitos marginais exercidos por estas variáveis, cabe salientar que uma variação de 1% em $\ln\text{PPEAaoquad}$ causará um aumento de 41,47% na atratividade do município a migração. Para a variável $\ln\text{PIBpservaoquad}$, quando esta obtém aumento de 1%, a variável dependente aufere ganho de 46,91%.

Portanto, estes resultados apontam para a confirmação da proposição da teoria neoclássica da migração internacional, onde destaca o papel exercido pelo mercado de trabalho como fonte de explicação para os fluxos migratórios, o que foi comprovado a partir da execução do modelo econométrico. Destaca-se também o setor de Serviços na economia alagoana como uma importante variável para a elucidação de fatos ligados aos movimentos populacionais concernentes à imigração.

Destarte, os resultados principais dessa pesquisa consistem na identificação de três polos atrativos a imigração no estado de Alagoas no que toca a aspectos ligados a diversidade de origem dos imigrantes, a saber: a microrregião de Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos. Ainda se tratando do caráter orbícola, identificam-se dois polos potenciais: Batalha e Arapiraca. Este último, principalmente pelo fato de ser a segunda localidade que consegue captar mais imigrantes no estado, parece sinalizar no futuro

para a entrada dela, no grupo de polos que possuem a característica de atrair imigrantes com origens moderadamente⁵⁶ diversificadas.

⁵⁶ Pois Maceió, Alagoana do Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos se enquadraram na categoria de concentração moderada de IHH.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. F. de; BRITO, F.; HORTA, C. J. G. A Urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 2008.
- ANDRADE, J. A. V. de; et. al. *A Influência das Transferências de Renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais Programas Socioeconômicos vigentes*. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/AInfluenciadasTransferenciasdeRendanoEstadodeAlagoas.pdf>>. 2010.
- ARAÚJO, H. E. et al. *Como Mudaram os Fluxos Migratórios Mesorregionais Brasileiros na Virada do Milênio?* In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP.
- BAENINGER, R. *A Nova Configuração Urbana no Brasil: Desaceleração Metropolitana e Redistribuição da População*. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 1998.
- BAENINGER, R. *Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Comunicado* v. 22, n. 366, de 27 de abril de 2012.
- BAPTISTA, E. A.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. R. *Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP.
- BARRO, Robert; SALA-I-MARTIN, Xavier. *Economic Growth*. 2. ed. Cambridge, Mass.: MIT, 2004.
- BASTOS, S. Q. de A.; PERANTONI, T. M. *Fluxo Migratório: Mudança nas Regiões e no Perfil dos Migrantes*. I SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2012, Rio de Janeiro – RJ.
- BECKER, G. S. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993, p. 390, 1993.
- BRZOZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos avançados*, v. 26, n. 75, 2012.
- CABRAL, L. A. P. A experiência alagoana de planejamento. *Economia política do desenvolvimento*, Maceió, v. 1, n. 6, p. 49-81, set./dez. 2009.
- CANÇADO, R. P. Migrações e Convergências no Brasil: 1960-91. *Revista Brasileira de Educação – RBE*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 211-236, abr./ jun. 1999.
- CARVALHO, C. P. de. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 2ªed. Maceió: Edufal, 2007.

CASTRO, A. G. de. Abordagens teóricas da migração internacional. *Interdisciplinar – Revista Eletrônica da Univar*, n.5, p.23-29, 2011.

CIMA, E. G.; AMORIM, L. S. B. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. *Revista FAE*, Curitiba, v.10, n.2, p.73-87, jul./dez., 2007. In: BENEVIDES, G. Polos de Desenvolvimento e a Constituição do Ambiente Inovador: Uma Análise Sobre a Região de Sorocaba. *Tese de Doutorado*. São Caetano do Sul, 2013.

CLEMENTE, A. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

CUNHA, José M. P. e BAENINGER, R. A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90. *Caderno CRH*, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p.35-64, 1993.

DINIZ, C. C. *Dinâmica Regional e Ordenamento do Território Brasileiro: Desafios e Oportunidades*. Texto para discussão nº 471, Cedeplar - UFMG, 2013.

FARIAS, L. A. C. de. *Movimentos Pendulares da População e Interações Espaciais na Região de Governo do Médio Paraíba/RJ*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP.

FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

GOMES, F. G. *A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicação/eventos/forumbnb2012/docs/sim1_mesa3_a_insercao_economia_alagoana_recente_dinamica_crescimento_regional.pdf>. 2012.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HAYASHI, F. *Econometrics*. Princeton University Press and copyrighted, 2000.

IBGE. *Censo Demográfico - 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm>. Acessado em: 15/11/2013.

IBGE. *Dados de concentração de renda: coeficiente de Gini*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/>. Acessado em 26/04/13.

INSTITUTO ARNON DE MELLO. *Enciclopédia dos Municípios Alagoanos*. Maceió: Núcleo de Projetos Especiais, 2012.

IPEA. *Dados econômicos e sociais por mesorregiões*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em 23/04/13.

IPEA. *Migração Interna no Brasil*. Comunicados do IPEA 61, 2010.

JACINTO, S.; LUZ, P. *A Imigração em Portugal e na Europa*. 2009. Disponível em: <<http://pradigital-sandrajacinto.wikispaces.com/file/view/A+Imigra%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em: 20/12/2014.

JANNUZZI, P. de M.; OLIVEIRA, K. F. de. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 4, 2005.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. da M. Quem São e para Onde Vão os Migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro. *Revista ABET*, v. 8, n. 1, 2009.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, n. 22, p. 139-91, 1954.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. M. *Dinâmica regional, hierarquia urbana e deslocamentos populacionais: tendências recentes para a economia brasileira (1980-2010)*. In: XLII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, ANPEC, 2014, Natal/RN.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de. *Caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP.

LISBOA, S. S. Os fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. 14 p. *Revista Ponto de Vista*, v. 5. p. 83-96. Disponível em: <<http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume05/fatoresDeterminantes.pdf>>. Acessado em maio de 2014.

MASSEY, D. S. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. *Population Index*, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MENEZES, M. L. P. Tendências Atuais das Migrações Internas no Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. 69, n. 45, 2000.

MINCER, J. Family Migrations Decisions. *Journal of Political Economy*, n. 86, p. 749-773, 1978.

MOREIRA, F. F. et al. *Castanhal e Igarapé-Açu (PA) como alternativa para o ingresso no ensino superior*. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA URBANA, SIMPURB, 2013, Rio de Janeiro – RJ.

MUNIZ, J. O. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR/Demografia – Avaliação de CDD (Componentes da Dinâmica Demográfica). Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf>. Acesso em: 30/07/2014.

MYRDAL, G. *Rich lands and poor: the road to world prosperity*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1957.

OIM. *Derecho Internacional sobre Migración*. Ginebra: International Organization for Migration, 2006, n. 7.

OJIMA, R.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. da. *Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?* In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2008, Caxambú/MG - Brasil.

OLIVEIRA, K. F. de; et al. As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2012, Águas de Lindóia/SP - Brasil.

OLIVEIRA, M. M. de. *Modelos de Escolha Binária*. 1998. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/disciplinas/2E112/pdf%20files/modelos_de_escolha_binaria.pdf>. Acessado em 07/08/2014.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PEIXOTO, J. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, 2004.

PEREIRA, D. J. De S. et al. Dinâmica Regional e Convergência de Renda: Um Estudo para os Municípios Alagoanos no Período Recente. In: OLIVEIRA, C. W. De A; MONASTERIO, L. *Dinâmica Regional e Convergência de Renda: Uma Análise para os Municípios Brasileiros Seleccionados no Período 2002-2007*. Brasília: IPEA, 2011. p. 39-70.

PERROUX, F. *A Economia do Século XX*. Lisboa: Herber, 1967.

PIORE, M. *Birds of passage: Migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 48, Part II, p. 167-227, 1885.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 52, Part II, p. 241-301, 1889.

RELATÓRIO ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrolopolnet/planosdiretores/produol/relatorioestadualalagoas.pdf>>. Acessado em 23/04/13.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicações aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. 1999. Tese de Doutorado – Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROSÁRIO, F. J. P. et. al. *Mensuração dos Resultados do Sistema de Inovação nos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas*. In: VIII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2011.

SANTOS, M. A. dos; et. al. *Migração: Uma Revisão Sobre Algumas das Principais Teorias*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SEPLANDE. *Mapas meso e microrregionais*. Disponível em: <<http://informacao.seplande.al.gov.br/>>. Acessado em 27/04/13.

SILVA, L. C. Da. A expansão do mercado de trabalho informal em Alagoas. *Economia política do desenvolvimento*, Maceió, v. 1, n. 3, p. 89-112, set./dez. 2008.

SILVA, A. M. A. Da. Macroeconomia de Maceió: Produção e Finanças Públicas. In: SILVA, A. M. A. Da. *Economia de Maceió: diagnóstico e proposta para construção de uma nova realidade*. Brasília: IPEA. Ed. UFAL, 2013.

SILVA, I. P. Da. *Aplicação de Modelos Aditivos Generalizados para Locação, Escala e Forma (GAMLSS) no Estudo da Convergência de Renda*. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ENTENE, p. 211-244, 1976, 722 p.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, p. 80-93, 1962.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The New Economics of Labor Migration. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, p. 173-178, 1985.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. *Demography*, v. 26, n. 1, p 1-14, 1989.

TODARO, M. P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p, 1969.

URANI, A. *Um diagnóstico socioeconômico do Estado de Alagoas a partir de uma leitura dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (1992-2004)*. Maceió: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*. São Paulo: Thompson Learning, 2007.